

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às 14H00min, foi realizada,
2 através da plataforma Microsoft Teams, a **71ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal**
3 **de Política Urbana – CMPU**, com transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria
4 nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta do dia: 1.** Comunicações
5 Gerais. **2.** Apresentação sobre o GeoSampa **3.** Apresentação do Plano de Requalificação
6 Urbana do Parque Dom Pedro. **1)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz,
7 deu início à reunião às 14h33min, cumprimentando os presentes e informando que o Sr.
8 Secretário, que estava presente, teve de se ausentar para uma reunião no gabinete,
9 delegando ao próprio Presidente Suplente a condução dos trabalhos; em seguida, passou
10 a palavra à Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, para os
11 encaminhamentos da pauta; a mesma informou que a reunião estava sendo gravada e
12 transmitida ao vivo pelo canal oficial do CMPU no YouTube, em cumprimento aos ritos
13 estabelecidos; mencionou que, nesta reunião, não havia pautas deliberativas previstas,
14 sendo o foco do encontro a apresentação de informes e projetos; anteriormente a dar
15 início às apresentações, solicitou a identificação de alguns participantes presentes na sala
16 virtual que não haviam sido confirmados como conselheiros e pediu que, caso não fossem
17 conselheiros, deixassem a sala e acompanhassem a reunião pelo canal no YouTube; após
18 o esclarecimento, verificou-se que a conselheira suplente da Associação de Bairro
19 1(Inácio Monteiro), Sra. Marisete Aparecida de Souza, havia entrado com nome incorreto
20 por um erro técnico; agradeceu a confirmação e reforçou a necessidade de todos se
21 identificarem corretamente ao ingressar na sala. **2)** Adentrou ao primeiro item da pauta,
22 anunciando a posse dos novos representantes, conforme a Portaria SGM nº 203/2022,
23 publicada no Diário Oficial do Município de 14 de julho de 2022: **Suplente da Secretaria**
24 **Municipal de Habitação - SEHAB: Sr. Leonardo Gazillo Silva; Titular pela São Paulo**
25 **Urbanismo – SP URBANISMO: Sr. Matheus Hector Garcia e Suplente: Sra. Marcela**
26 **Evan Soares; Titular pela Secretaria Municipal de Gestão – SG: Sra. Marcela Cristina**
27 **Arruda Nunes e Suplente: Sr. Pedro Said Ghipsman Valverde;** desejou boas-vindas aos
28 novos membros e prosseguiu informando a posse dos representantes, conforme a
29 Portaria SGM nº 245/2022, publicada no Diário Oficial do Município em 13 de agosto de
30 2022, do **Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
31 **(CADES): Titular: Sr. Oswaldo Fernandes da Silva e Suplente: Sra. Marta Amélia de**
32 **Oliveira Campos;** além disso, informou sobre a nomeação da nova **Chefe de Gabinete da**
33 **Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Sra. Maria José Gullo,** conforme o
34 Título de Nomeação nº 473 de 12 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial de 13 de
35 julho de 2022; na sequência, apresentou o pedido de descompatibilização do
36 representante da CUT-SP, protocolado no Processo nº 6068.2022.0006.3452, devido à
37 sua candidatura eleitoral; fora consultado se o conselheiro poderia retornar ao conselho

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

38 caso não fosse eleito, sendo confirmado que o retorno seria possível se ele não assumisse
39 um cargo eletivo; em seguida, a palavra foi passada à Representante de SMUL, Sra.
40 Patrícia Saran, que apresentou informe sobre o processo participativo da revisão
41 intermediária do Plano Diretor Estratégico (PDE); relatou que a equipe técnica está
42 finalizando a sistematização das contribuições recebidas durante as agendas
43 participativas, realizadas tanto de forma presencial quanto por meio da plataforma
44 eletrônica; informou que será convocada uma reunião do CMPU para apresentação
45 dessa sistematização e para discussão de uma proposta de revisão do escopo, que
46 delineará o que será abordado na revisão intermediária do PDE, e de um calendário das
47 agendas para as etapas 2 e 3 do processo participativo; afirmou que conforme discutido
48 previamente com a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, a reunião
49 para tratar do processo de revisão intermediária está prevista para o dia 29 de julho de
50 2022; com a palavra, a Conselheira do CPM Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes
51 Bravo manifestou-se sobre a vacância de vagas da sociedade civil no CMPU, sugerindo
52 que o regimento interno preveja soluções mais eficazes para esses casos; defendeu que a
53 entidade representada deve poder indicar um novo representante em caso de
54 descompatibilização do titular. 3) Seguindo para o segundo item da pauta, o Coordenador
55 de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, iniciou a apresentação explicando que o
56 GeoSampa é uma plataforma desenvolvida para organizar e disponibilizar informações
57 territoriais da cidade de São Paulo, contando com mais de 350 camadas de dados, como
58 mapas de quadras fiscais e linhas de ônibus; as camadas podem ser acessadas por
59 cidadãos comuns, analistas de dados e desenvolvedores de sistemas; destacou que o
60 objetivo da plataforma é garantir a transparência e a acessibilidade dos dados,
61 disponibilizando-os para download e para manipulação interativa; ressaltou que o
62 sistema está em constante aprimoramento, com a adição de novas funcionalidades e
63 camadas de dados; recentemente, foram incorporados dados sobre áreas de risco
64 geológico e hidrológico, permitindo uma análise detalhada dessas regiões; também
65 mencionou exemplos de uso do GeoSampa para análises históricas e para o mapeamento
66 tridimensional da cidade, que permite visualizar o relevo, edificações e áreas de
67 vegetação em detalhes. Destacou ainda que a plataforma permite a consulta de dados
68 sobre licenciamento ambiental, tombamentos e outras informações urbanísticas
69 relevantes; finalizando sua apresentação, convidou os conselheiros a explorarem o
70 GeoSampa e participarem dos cursos oferecidos pela Escola de Governo do Município,
71 que ensinam a utilização da plataforma, sendo que os cursos são oferecidos tanto no
72 formato presencial quanto online, e têm como objetivo capacitar os participantes a
73 utilizarem o sistema de maneira mais eficaz; em seguida, após a apresentação realizada
74 pelo Sr. Silvio César Lima Ribeiro sobre o GeoSampa, o Presidente Suplente, Sr. José
75 Armênio de Brito Cruz, fez uso da palavra para agradecer e reforçar a importância da
76 inclusão do tema na pauta do CMPU; o Presidente destacou o caráter estratégico da
77 organização de informações realizada pela equipe do GeoInfo, que tem um papel
78 estruturante na gestão do território da cidade de São Paulo, especialmente na região Sul;
79 O Sr. José Armênio aproveitou para cumprimentar a equipe do GeoInfo pelo trabalho

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

80 contínuo e reforçou que esta iniciativa segue como uma diretriz do Secretário Municipal,
81 que prioriza a alimentação constante da plataforma, bem como a articulação com outras
82 secretarias da administração municipal; segundo o Presidente Suplente, a disponibilidade
83 dessas informações ao público em geral é fundamental; salientou que o GeoSampa se
84 coloca como uma ferramenta essencial para a compreensão e gestão da cidade de São
85 Paulo; ressaltou ainda que, semanalmente, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento
86 recebe consultas e visitas de representantes de outras cidades, que buscam se inspirar no
87 modelo de organização territorial e gestão de informações implementado em São Paulo;
88 o sistema tem sido cada vez mais reconhecido tanto por cidadãos quanto pela própria
89 administração pública como um instrumento indispensável de gestão urbana; segundo
90 ele, é crescente a demanda por informações e suporte técnico por parte de diversas
91 secretarias e do gabinete do prefeito, que têm utilizado o GeoSampa como uma base
92 essencial para o desenvolvimento de políticas e ações; destacou que a cidade de São
93 Paulo possui uma infraestrutura de dados geoespaciais muito mais avançada do que
94 outras cidades brasileiras, fruto de um trabalho iniciado há mais de duas décadas, com
95 uma visão clara da importância da organização territorial; reforçou que o sistema, além
96 de estar constantemente em expansão, também é reestruturado e atualizado
97 regularmente para garantir que continue a ser uma ferramenta eficaz e de alta qualidade;
98 comentou ainda que, como arquiteto, tem acompanhado o desenvolvimento dessa
99 consciência urbana ao longo de mais de vinte anos e ressaltou a relevância do trabalho do
100 GeoInfo para a efetiva reestruturação do sistema de gestão territorial da cidade;
101 enfatizou que a ferramenta disponibilizada pelo GeoSampa é fundamental para a
102 formulação de políticas, diretrizes e opiniões relacionadas ao território urbano, sendo um
103 suporte crucial para todas as discussões realizadas no CMPU; ao final de sua fala, o Sr.
104 José Armênio de Brito Cruz agradeceu novamente ao Sr. Silvio César Lima Ribeiro e a
105 toda a equipe do GeoInfo pelo empenho constante no trabalho; mencionou que o
106 GeoSampa atende a uma ampla gama de secretarias, como a de Planejamento Urbano,
107 Educação, Gestão, entre outras, além de fornecer suporte ao gabinete do prefeito;
108 reforçou que o trabalho realizado pelo GeoInfo é um exemplo de colaboração coletiva
109 para a gestão da cidade de São Paulo, beneficiando diversas áreas da administração
110 municipal; na sequência, o Representante Suplente das Entidades Acadêmicas e de
111 Pesquisa 2 (UNINOVE), Sr. Daniel Todtmann Montandon, fez uso da palavra para
112 cumprimentar o Sr. Silvio César Lima Ribeiro e toda a equipe do GeoInfo pelo trabalho
113 desenvolvido; o conselheiro destacou que é usuário frequente do GeoSampa e ressaltou
114 a importância da plataforma como uma ferramenta de integração de informações;
115 Montandon reforçou o ponto levantado anteriormente pelo Presidente Suplente, Sr. José
116 Armênio, de que o GeoSampa não é apenas um gerador de informações, mas um
117 integrador de dados relevantes para a cidade, o que possibilita um cruzamento de
118 informações fundamental para a gestão urbana; mencionou que, em comparação à
119 revisão do Plano Diretor realizada em 2013, o nível de informações disponível
120 atualmente é muito mais avançado; destacou que a plataforma atual coloca São Paulo em
121 um patamar superior em termos de qualidade e acesso a dados, o que será essencial para

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

122 a próxima revisão do Plano Diretor; o conselheiro fez duas sugestões para aprimorar a
123 plataforma GeoSampa; a primeira sugestão foi referente à camada de dados sobre a Lei
124 de Anistia de Imóveis; Montandon comentou que, em um relatório anterior sobre a
125 revisão do Plano Diretor, foi mencionada uma camada relativa aos imóveis anistiados,
126 porém, ao tentar acessá-la no sistema público, não conseguiu encontrá-la; sugeriu que,
127 caso a camada não esteja disponível, ela seja inserida, pois é uma informação relevante,
128 especialmente para identificar se um determinado imóvel foi objeto de anistia; a segunda
129 sugestão foi a inclusão de uma camada específica sobre as áreas de manancial e as
130 legislações estaduais que regem essas áreas; o conselheiro reconheceu que essa
131 informação pertence ao âmbito estadual, mas reforçou a importância de sua inclusão no
132 GeoSampa, uma vez que as compensações ambientais e as regras de regularização e
133 licenciamento nas áreas de manancial seguem normativas distintas; para o mesmo, seria
134 interessante integrar essas informações ao sistema, o que facilitaria o processo de
135 regularização e licenciamento ambiental; ao final de sua fala, o conselheiro reiterou os
136 agradecimentos à equipe do GeoInfo pelo trabalho realizado e pela constante atualização
137 da plataforma, que tem se mostrado uma ferramenta indispensável para a gestão urbana
138 de São Paulo; em réplica, após a fala do conselheiro Daniel Todtmann Montandon, o
139 Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, agradeceu às observações e
140 sugestões do conselheiro, o apoio e incentivo ao trabalho realizado; o Sr. Silvio iniciou sua
141 réplica mencionando a questão levantada sobre a Lei de Anistia, admitindo que, no
142 momento, não tinha certeza se a camada específica sobre imóveis anistiados estava
143 disponível no GeoSampa, mas que verificaria a situação; sobre as áreas de manancial,
144 esclareceu que essa informação já estava presente na plataforma; para demonstrar, ele
145 compartilhou sua tela com os conselheiros, exibindo o GeoSampa em tempo real;
146 mostrou o grupo de dados "Meio Físico" dentro da plataforma e acessou a camada de
147 "Área de Proteção aos Mananciais", que contém dados provenientes de órgãos estaduais,
148 anteriormente vinculados à Emplasa e agora ao Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC),
149 que fornecem toda a base cartográfica; destacou que essa camada é parte da
150 infraestrutura de dados espaciais e está integrada ao GeoSampa, o que permite que seja
151 utilizada tanto para fins municipais quanto para abrangência metropolitana ou estadual;
152 o coordenador aproveitou o ensejo para explicar que o GeoSampa não se limita a dados
153 gerados pelo município, sendo capaz de integrar dados produzidos por outros órgãos,
154 como os de abrangência estadual e federal; exemplificou com a camada sobre "Terras
155 Indígenas", cujos dados são fornecidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio), uma
156 entidade federal; explicou que o padrão global adotado pelo GeoSampa, com base na
157 Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), facilita a incorporação e leitura de
158 informações provenientes de outras esferas governamentais, dessa forma, novos dados
159 podem ser integrados à medida que são disponibilizados por outros órgãos,
160 proporcionando uma plataforma ainda mais robusta e completa; em relação à camada de
161 imóveis anistiados, comentou que, provavelmente, haveria informações relacionadas em
162 "Legislação" dentro do GeoSampa, mas preferiu não se arriscar a afirmar com certeza
163 naquele momento; sugeriu que os usuários façam uso do botão de "Contato" disponível

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

164 na plataforma, simbolizado por um envelope no lado esquerdo da tela, onde podem
165 enviar sugestões, correções e comentários; o referido canal permite que qualquer pessoa,
166 seja acadêmico ou usuário comum, envie suas sugestões, perguntas ou elogios
167 diretamente à equipe do GeoInfo; reiterou que todas as sugestões são bem-vindas e que
168 o feedback dos usuários é fundamental para o contínuo aprimoramento da plataforma;
169 agradeceu novamente a pergunta e contribuição do conselheiro Daniel Todtmann
170 Montandon, enfatizando que o GeoSampa está em constante evolução e à disposição de
171 todos os usuários; na sequência, o Conselheiro Representante dos Movimentos de
172 Mobilidade Urbana, Sr. José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade), fez uso da palavra
173 para agradecer à Sra. Talita Veiga Cavallari e cumprimentar a equipe do GeoInfo, em
174 especial o Sr. Silvio César Lima Ribeiro, antes de apresentar suas perguntas; a primeira
175 questão levantada por Zagato foi em relação ao processo de atualização dos dados no
176 GeoSampa; mencionou que a pergunta havia sido parcialmente respondida durante a
177 réplica anterior ao conselheiro Daniel Montandon, mas solicitou mais detalhes; destacou
178 que, à medida que decisões do poder público são tomadas, é necessário incorporar novos
179 dados às camadas existentes ou criar novas camadas; no entanto, o mecanismo de
180 contato atualmente disponível na plataforma não gera um número de protocolo para
181 acompanhamento, o que pode fazer com que o munícipe fique aguardando uma resposta
182 indefinidamente; indagou existência de um sistema que permita o acompanhamento da
183 inserção de novos dados no GeoSampa, especialmente para decisões consolidadas;
184 exemplificou a questão dos tombamentos, que são deliberados ao longo do tempo, mas
185 cujo processo de atualização pode ser demorado, com alguns bens tombados há mais de
186 cinco ou seis anos ainda não aparecendo na plataforma; em sua segunda pergunta,
187 Zagato abordou a supressão da informação sobre os proprietários de lotes na camada de
188 cadastro fiscal; explicou que essa informação, anteriormente disponível no GeoSampa, é
189 de interesse público e pode ser obtida através dos cartórios municipais; contudo,
190 ressaltou que, enquanto as entidades empresariais e indivíduos com maior poder
191 aquisitivo conseguem acessar facilmente essa informação, o restante da população
192 enfrenta dificuldades, exceto se estiver disposta a pagar ou a se dirigir fisicamente aos
193 cartórios; questionou por que essa informação foi retirada recentemente da plataforma,
194 observando que as tabelas de anos anteriores ainda continham os dados de proprietários;
195 ressaltou que essa informação é crucial para análises urbanísticas, acadêmicas e da
196 sociedade civil, sobretudo em um cenário de concentração fundiária na cidade de São
197 Paulo; a terceira e última pergunta do conselheiro referiu-se à camada de transporte
198 público no GeoSampa; embora as estações de metrô já estejam incluídas, ele observou
199 que os corredores de ônibus previstos e as ciclovias indicadas no Plano Diretor ainda não
200 constam da plataforma; destacou que essas infraestruturas são prioridades do Plano
201 Diretor e que a ausência dessas informações cria um descompasso nos dados sobre
202 mobilidade ativa; afirmou que a inclusão dessas informações permitiria que a população
203 tivesse clareza sobre o que já está planejado e pudesse reivindicar sua implementação;
204 como exemplo, mencionou o caso de Claudemir Cauan Queiroz, um ciclista e entregador
205 que faleceu na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, local onde há anos é reivindicada a

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

206 construção de uma ciclovia, conforme previsto no Plano Diretor, mas que ainda não foi
207 implementada; encerrou sua fala agradecendo pela atenção às questões levantadas e
208 enfatizando a importância de garantir que os dados de mobilidade ativa e transporte
209 público estejam disponíveis na plataforma, para que a população tenha clareza sobre as
210 infraestruturas que deve reivindicar e monitorar; em réplica, o Coordenador de GeoInfo,
211 Sr. Silvio César Lima Ribeiro, agradeceu as perguntas e sugeriu que responderia de trás
212 para frente; primeiramente, ressaltou que o GeoSampa é uma ferramenta em constante
213 construção, e que a equipe não tem a pretensão de afirmar que a plataforma está
214 completa ou que possui 100% das informações; explicou que o objetivo é fomentar uma
215 "cultura da informação" na cidade, que está sendo gradualmente construída; reconheceu
216 que faltam dados no GeoSampa e que, mesmo com mais de 370 camadas, sempre há
217 espaço para melhorias e adições ao longo do tempo; explicou que o GeoSampa não é o
218 responsável direto pela produção de dados, mas sim pelo armazenamento e visualização
219 das informações produzidas por outras entidades e secretarias; utilizou como exemplo os
220 dados de transporte, que são fornecidos pela SPTrans e pela Companhia de Engenharia
221 de Tráfego (CET) no caso das ciclovias; a inclusão ou atualização das camadas depende
222 das secretarias responsáveis por essas áreas, sendo necessário um processo de
223 atualização contínua, à medida que os dados são gerados e fornecidos; comparou a
224 plataforma a uma árvore: as "raízes" são os produtores de dados, que fornecem as
225 informações, o "tronco" é o GeoSampa, que organiza e padroniza esses dados em um
226 ambiente único, que é o território do município e as "folhas" são os usuários, que utilizam
227 essas informações para diversas aplicações; reforçou que toda camada é bem-vinda, mas
228 a decisão de disponibilizar ou atualizar dados cabe aos produtores dessas informações,
229 seja a SPTrans, a CET ou outras secretarias e órgãos estaduais, como exemplificado no
230 caso dos dados sobre áreas de mananciais; também destacou que, embora o GeoSampa
231 tenha uma infraestrutura avançada para disponibilizar dados, muitos órgãos ainda
232 enfrentam dificuldades, como a existência de informações que ainda não estão
233 digitalizadas, tornando o processo de incorporação de dados mais lento; no entanto,
234 reafirmou que a equipe do GeoInfo está constantemente buscando novos dados e
235 trabalhando em colaboração com outros órgãos para expandir o acervo do GeoSampa;
236 em relação à segunda questão, sobre a interação com os usuários, explicou que o
237 mecanismo de contato disponível no GeoSampa não gera um número de protocolo, pois a
238 equipe não formaliza os pedidos de maneira protocolar; mencionou que, na maioria dos
239 casos, as dúvidas são respondidas no mesmo dia, e que a equipe está empenhada em
240 fornecer respostas rápidas aos usuários; contudo, quando o pedido envolve a inclusão ou
241 atualização de dados específicos, a solicitação é encaminhada à secretaria responsável, e
242 o GeoInfo aguarda a resposta antes de retornar ao solicitante; também destacou que,
243 para questões mais formais, a população pode utilizar o serviço 156 da Prefeitura, que
244 gera um protocolo e registra os pedidos de informações; encerrou sua fala afirmando
245 que, embora a equipe não tenha implementado um sistema de protocolo para o contato
246 com os usuários no GeoSampa, essa é uma sugestão válida e algo que pode ser
247 considerado no futuro; em tréplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

248 Cruz, fez uso da palavra para complementar as informações; iniciou destacando que o
249 GeoInfo é uma Coordenadoria dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo e
250 Licenciamento, e, como parte da Secretaria, segue todas as diretrizes de transparência
251 estabelecidas pela Prefeitura; reforçou que, se houver necessidade de formalização ou
252 protocolização de alguma comunicação, isso pode ser feito por meio dos canais formais
253 da Secretaria; explicou que todas as comunicações recebidas pela Secretaria devem ser
254 respondidas dentro de um prazo, conforme os procedimentos internos; reiterou que os
255 cidadãos que desejarem um protocolo formal podem utilizar os mecanismos existentes
256 para isso e ressaltou que as comunicações podem ser protocoladas e que há diversos
257 caminhos para isso dentro da estrutura da Secretaria, e que essas comunicações, uma vez
258 recebidas, também chegam ao GeoInfo de maneira formal, passando pelos canais
259 adequados; esclareceu que sua fala não tinha a intenção de criticar a maneira
260 independente como o GeoInfo lida com as solicitações e a comunicação direta com os
261 usuários, mas sim de enaltecer a iniciativa dos técnicos da Coordenadoria, que
262 demonstram sua autonomia e eficiência no atendimento às demandas da população;
263 destacou que a independência dos técnicos reflete o compromisso da Secretaria com a
264 transparência; por fim, reiterou que, caso alguém prefira utilizar um canal protocolar,
265 existe a possibilidade de formalizar as comunicações através dos mecanismos já
266 estabelecidos pela Secretaria; concluiu afirmando que, ao final, todas as demandas
267 acabam chegando ao GeoInfo para o devido tratamento, independentemente de o
268 contato ter sido feito diretamente ou por meio dos canais oficiais da Secretaria, sempre
269 com o objetivo de cumprir a função de transparência que é fundamental para a
270 administração pública; após a intervenção do Presidente Suplente, o Coordenador de
271 GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, retomou a palavra, expressando sua gratidão pelo
272 complemento oferecido e prosseguindo com as respostas às indagações do conselheiro
273 José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade); iniciou destacando que o GeoInfo também
274 é destinatário de demandas internas, através das vias formais anteriormente
275 mencionadas pelo Presidente, o que reforça a importância da estrutura institucional para
276 assegurar a conformidade com os preceitos de transparência e comunicação; na
277 sequência, abordou a questão relativa à retirada dos nomes dos proprietários de lotes
278 fiscais da plataforma GeoSampa, esclarecendo que tal medida decorreu da necessidade
279 de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cuja
280 promulgação é recente e amplamente conhecida; esclareceu que, até o ano anterior, os
281 nomes dos contribuintes vinculados aos lotes fiscais encontravam-se disponíveis na
282 plataforma; contudo, com a entrada em vigor da LGPD, o departamento jurídico da
283 Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela produção desses dados, determinou a
284 exclusão do nome dos contribuintes, bem como do CPF ou CNPJ, em consonância com as
285 novas diretrizes legais; salientou que o GeoSampa apenas cumpriu com rigor a
286 determinação legal, não possuindo autonomia para manter tais dados à disposição;
287 ressaltou, ainda, que a supressão dessas informações não se tratou de uma decisão
288 discricionária do GeoInfo ou da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, mas sim de
289 uma imposição derivada do marco legislativo, que visa assegurar a proteção dos dados

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

290 pessoais; colocou-se à disposição para fornecer o número da referida legislação, caso tal
291 informação lhe fosse prontamente acessível durante o prosseguimento da reunião;
292 concluiu reiterando que a equipe do GeoInfo permanece inteiramente comprometida
293 com o cumprimento das obrigações legais, preservando a qualidade dos serviços
294 prestados dentro dos parâmetros normativos estabelecidos; O Presidente Suplente, Sr.
295 José Armênio de Brito Cruz, retomou a palavra para complementar as explicações do Sr.
296 Silvio César Lima Ribeiro acerca da questão da proteção de dados; de maneira cortês,
297 pediu desculpas pela interrupção e reforçou que a disponibilização das informações
298 mencionadas segue rigorosamente as orientações recebidas pela Prefeitura,
299 especialmente em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
300 esclareceu que não se trata da inexistência dos dados no sistema, mas sim de uma
301 limitação quanto à sua divulgação pública; os dados referentes aos proprietários e aos
302 lotes fiscais continuam a existir em versões internas da Prefeitura, contudo, a LGPD
303 determina que tais informações não sejam publicamente divulgadas; reiterou que essa
304 orientação foi recebida por meio da Procuradoria Geral do Município, entre outras
305 instâncias jurídicas, garantindo que o tratamento dessas informações respeite o
306 ordenamento legal vigente; o Coordenador de GeoInfo, retomou a palavra para dar
307 continuidade às respostas e complementações às questões levantadas pelo conselheiro
308 José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade); expressou satisfação ao informar que a Sra.
309 Michele, representante da Secretaria Municipal de Transportes, já havia acolhido a
310 sugestão de incluir projetos como camadas adicionais no GeoSampa, reforçando o
311 caráter dinâmico e interativo do processo de incorporação de dados; destacou que as
312 discussões intersecretariais são contínuas e que o crescimento no número de acessos,
313 downloads e interações com outras secretarias reflete o êxito dessa colaboração; a
314 criação de camadas no GeoSampa é fruto de demandas não apenas do público, mas
315 também dos próprios técnicos das diversas secretarias; mencionou que a Sra. Michele
316 prontamente encaminhou a solicitação de inclusão de projetos cicloviários à de
317 Transportes, reconhecendo a importância dessa demanda; passando a outro ponto,
318 mencionou que a Secretaria Municipal de Cultura é a responsável pela manutenção do
319 cadastro de bens tombados, e que a incorporação desses dados ao GeoSampa depende
320 das informações fornecidas pela mesma; admitiu que o sistema ainda não alcançou 100%
321 de cobertura em termos de tombamentos e áreas protegidas, e, quando houver ausência
322 de informações sobre um determinado bem tombado ou processo de tombamento, é
323 essencial que os usuários utilizem os canais de comunicação disponíveis para reportar
324 tais lacunas; explicou que o papel do GeoSampa é acolher essas demandas e encaminhá-
325 las aos produtores de dados, como a Secretaria de Cultura, para que as verificações e
326 correções necessárias sejam realizadas; esse mesmo processo se aplica a outras
327 situações, como a atualização de dados fiscais, sendo que o GeoSampa lida com uma
328 quantidade considerável de informações, abrangendo aproximadamente 3,5 milhões de
329 contribuintes e quase 2 milhões de lotes fiscais, o que pode resultar em uma margem de
330 erro mínima, em torno de 1%; reiterou que o sistema GeoSampa está em constante
331 aprimoramento, com os dados sendo refinados diariamente graças à interação com os

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

usuários; a equipe do GeoInfo recebe as demandas, encaminha-as aos responsáveis pela produção dos dados — como a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Cultura ou a SPTrans — e essas informações são ajustadas para melhorar a qualidade e a precisão das camadas disponíveis; por fim, ressaltou que a interação com os usuários é parte fundamental do processo de manutenção do GeoSampa, incentivando todos a reportarem eventuais falhas ou omissões detectadas no sistema, de modo a contribuir para o aprimoramento contínuo da plataforma; concluiu, afirmando que esperava ter respondido às questões de forma satisfatória; em seguida, o Conselheiro Suplente do COM Norte 2, SR. Francisco João Moreirão de Magalhães, fez uso da palavra, tecendo elogios à apresentação e ao trabalho realizado pelo GeoSampa, mas levantando uma questão relevante acerca da precisão das informações e da interação entre as diversas secretarias municipais; relatou que, ao abrir o GeoSampa para a área onde reside, percebeu inconsistências nos dados, especialmente na região norte; mencionou que, em áreas onde atualmente existem condomínios de luxo, o mapa indica que a região é coberta por vegetação densa, semelhante à Mata Atlântica; citou, inclusive, a presença de uma estrada pública que dá acesso a Mairiporã, na qual foi instalada uma cancela, anteriormente mantida fechada pelos moradores, mas que, após decisão judicial, foi obrigada a permanecer aberta, o que gerou um conflito local; observou que o problema da precisão dos dados, embora muitas vezes ajustável com o tempo, pode gerar conflitos graves em determinadas áreas; exemplificou especificamente a área que o GeoSampa identifica como favela, embora, segundo ele, a região tenha se regenerado com vegetação desde 2019; destacou que a Secretaria de Habitação (SEHAB), por meio do Conselho Gestor de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), tem conhecimento da situação, mas os dados no GeoSampa ainda não foram atualizados; além disso, o conselheiro apontou que áreas privadas que estão sendo loteadas também aparecem no mapa como áreas de vegetação, o que, segundo ele, demonstra a necessidade de ajustes contínuos nos dados; enfatizou que tais inconsistências refletem a falta de interação eficaz entre as secretarias e departamentos municipais, já que muitas dessas informações são de conhecimento da Prefeitura, mas não são atualizadas no GeoSampa em tempo hábil; compartilhou outro exemplo, referente a um protesto recente que envolveu a delimitação territorial de um candidato, questionando se a residência estava localizada na região administrativa da Casa Verde, Limão e Cachoeirinha ou na Freguesia do Ó; observou que, enquanto o Google Maps apresentava uma delimitação, o GeoSampa indicava outra; após visitar o local, ele confirmou que a fronteira se encontra na avenida e que as subprefeituras definem suas responsabilidades com base na calçada, com um lado pertencendo à Freguesia do Ó e o outro à Casa Verde, Limão e Cachoeirinha; no entanto, a definição do GeoSampa estava incorreta, gerando um conflito de informações; em seguida, Moreirão destacou um ponto crítico ao observar que, embora essas questões possam parecer menores no dia a dia, elas podem gerar conflitos sérios, como no caso da candidatura citada, e em situações que envolvem áreas de risco, favelas ou vegetação, cuja delimitação incorreta pode ter consequências dramáticas; diante disso, apelou ao Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, para que haja uma ação mais

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

374 vigorosa e coordenada entre as secretarias, garantindo que os dados sejam comunicados
375 e atualizados com maior regularidade no GeoSampa; relatou, como exemplo, uma reunião
376 que participou na Secretaria de Habitação, juntamente com moradores, Defensoria
377 Pública e diversos técnicos, onde todos tinham pleno conhecimento da situação de uma
378 área específica que, até o momento, não havia sido corrigida no GeoSampa; ressaltou que
379 essa falta de comunicação interna dentro da Prefeitura prejudica o acesso a informações
380 precisas no sistema; por fim, o conselheiro destacou a importância da revisão do Plano
381 Diretor e elogiou a oportunidade de discutir essa questão no CMPU; no entanto, fez um
382 apelo para que o mapa associado ao Plano Diretor seja atualizado, uma vez que, em sua
383 região, existem áreas cuja realidade atual não é refletida no mapa oficial, o que
384 compromete as discussões; mencionou um bairro que tem mais de 30 anos e que ainda
385 aparece como área de vegetação no Plano Diretor, e reforçou a necessidade de uma
386 atualização urgente para que o mapa reflita a realidade local de forma adequada; em
387 réplica, o Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, retomou a palavra,
388 agradecendo as considerações do conselheiro João Moreirão e destacando a relevância
389 das perguntas apresentadas; em sua explanação, enfatizou que as observações sobre
390 discrepâncias e inconsistências são essenciais para o aprimoramento contínuo da
391 plataforma, e que o GeoSampa cumpre um papel fundamental na promoção da
392 transparência, inclusive ao expor os conflitos inerentes à realidade urbana da cidade;
393 segundo o mesmo, a cidade de São Paulo, como muitas outras metrópoles, é marcada por
394 conflitos espaciais e territoriais, e a missão do GeoSampa é justamente evidenciá-los, em
395 vez de ocultá-los, para que possam ser tratados de forma adequada; ressaltou que, se os
396 conflitos não fossem mapeados e explicitados, sua resolução seria ainda mais difícil;
397 assim, a plataforma tem como premissa exibir mapas que, por vezes, revelam
398 sobreposições e contraposições de informações, o que serve como um ponto de partida
399 para a mediação e busca de soluções; tratou ainda das dificuldades relativas à numeração
400 de endereços na cidade, observando que este é um dos aspectos mais complexos do
401 mapeamento urbano; explicou que, em São Paulo, existe um padrão teórico de
402 numeração – que segue da região central em direção às bordas, com números pares de
403 um lado e ímpares do outro –, mas que, historicamente, este padrão não foi seguido de
404 forma rigorosa; isso resulta em inúmeras discrepâncias, especialmente em áreas
405 periféricas ou de recente urbanização; utilizou o exemplo de uma avenida radial para
406 ilustrar que, na prática, o sistema métrico que deveria guiar a numeração das ruas nem
407 sempre é aplicado corretamente, o que gera divergências entre o mapeamento oficial e a
408 realidade observada; o GeoSampa, segundo o mesmo, reflete essa complexidade ao exibir
409 o que é oficialmente cadastrado – como os endereços fiscais registrados pela Secretaria
410 da Fazenda –, mas também ao sobrepor essas informações a imagens aéreas e outros
411 dados cartográficos que revelam a situação real do território; concluiu afirmando que a
412 função do GeoSampa não é esconder as discrepâncias, mas sim torná-las explícitas, de
413 modo que possam ser identificadas e corrigidas, reiterando o compromisso da plataforma
414 com a transparência e a melhoria contínua; na sequência, o Presidente Suplente, Sr. José
415 Armênio de Brito Cruz, retomou a palavra para complementar e corroborar as

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

416 informações apresentadas pelo Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro;
417 em sua intervenção, destacou a relevância do que havia sido mencionado, reforçando que
418 o GeoSampa não é o produtor dos dados, mas sim o organizador de informações geradas
419 por outras fontes; assinalou que, como usuário da plataforma, já havia enfrentado
420 situações semelhantes de conflito entre dados, como os relacionados à Relação Anual de
421 Informações Sociais (RAIS), que, conforme frisou, não é uma informação produzida
422 diretamente pelo GeoSampa; mencionou que o sistema pode, por exemplo, identificar
423 contradições entre a RAIS e outras fontes, como a Secretaria da Fazenda (SF), ou
424 inconsistências quanto à numeração exata de ruas e sua localização; observou ainda que,
425 uma vez sinalizada uma contradição, cabe ao produtor de dados, e não ao GeoSampa, a
426 responsabilidade de tomar uma ação corretiva, caso considere necessário; reforçou que a
427 importância central está no que foi afirmado anteriormente: a produção dos dados não é
428 de responsabilidade do GeoSampa, mas sim da fonte fornecedora; o Coordenador de
429 GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, retomou a palavra para reforçar a importância das
430 atribuições legais dos órgãos responsáveis pela produção dos dados; continuando a
431 exemplificação a partir das observações do conselheiro João Moreirão, mencionou que
432 os dados da Secretaria de Habitação (SEHAB) são atualizados no GeoSampa de maneira
433 automatizada, ou seja, qualquer atualização feita no sistema da SEHAB é refletida
434 diretamente na plataforma; explicou que, nas regiões mencionadas por Moreirão, é
435 comum a existência de conflitos legais e documentais, especialmente em áreas onde o
436 Plano Diretor define perímetros de preservação que, na realidade, podem não estar
437 devidamente preservados; enfatizou que a missão do GeoSampa é contrapor a realidade
438 com a legislação vigente, destacando que a plataforma exibe o que está previsto no plano,
439 mas que a situação prática pode ser divergente; mencionou ainda que um parecer igual
440 aos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), deverá ser publicado em breve, sobre
441 as Zonas de Proteção Ambiental (ZEPAM), para verificar o que ocorreu com a ocupação
442 dessas áreas desde a implementação do Plano Diretor; reiterou que o Plano Diretor
443 oferece diretrizes e que cabe aos diversos órgãos monitorar se as áreas de preservação
444 indicadas no plano estão, de fato, preservadas; enfatizou que o papel do GeoSampa é
445 expor a realidade de maneira transparente, mesmo quando ela não corresponde ao ideal
446 previsto pela legislação, e que este processo de atualização é contínuo e gradual;
447 reconheceu que as problemáticas apontadas por Moreirão fazem parte do cotidiano da
448 equipe, e que o desafio de conciliar a realidade com os parâmetros legais requer a
449 colaboração dos órgãos municipais e da sociedade; concluiu afirmando que, embora não
450 seja possível garantir que toda a cidade esteja 100% atualizada em um curto espaço de
451 tempo, a transparência e a divulgação das informações são fundamentais para que o
452 processo de ajuste e correção seja contínuo; na sequência, o Conselheiro Durval Tabach
453 indagou sobre a possibilidade, com base nos slides apresentados, de realizar o download
454 de trechos específicos da cidade contendo informações tridimensionais, como relevo,
455 vegetação e edificações; questionou se essa funcionalidade já está disponível ou se será
456 implementada em breve; em réplica, o Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima
457 Ribeiro, agradeceu pela relevante questão e prontamente compartilhou sua tela para

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

458 demonstrar a funcionalidade em questão; apontou que todos os dados tridimensionais,
459 provenientes de um levantamento realizado em 2017, estão disponíveis para
460 visualização e download no GeoSampa; durante a apresentação, explicou que os modelos
461 disponíveis incluem o Modelo Digital do Terreno (MDT) e o Modelo Digital de Superfície
462 (MDS), contendo dados sobre edificações, vegetação e terrenos; ilustrou o processo de
463 download ao acessar a ferramenta de pesquisa da plataforma e escolher as opções de
464 MDT ou MDS, que possibilitam a seleção de áreas específicas da cidade para a obtenção
465 dos arquivos; explicou que a cidade está dividida em aproximadamente quatro mil
466 quadriculas, cada uma delas disponível para download em formatos apropriados para
467 dados tridimensionais, tais como arquivos compactados no formato LAS; ressaltou que
468 esses dados são compatíveis com diversos softwares de leitura, tanto comerciais quanto
469 livres, e informou que tutoriais estão disponíveis para orientar o uso dos dados; em caso
470 de dúvidas, ofereceu o contato direto com a equipe técnica do GeoInfo para apoio
471 adicional; concluiu afirmando que todas as atualizações de dados tridimensionais
472 recebidas desde 2020 seguem o mesmo processo de disponibilização para o acesso de
473 toda a sociedade; Na sequência, a Conselheira Suplente Maria Angélica Oliveira,
474 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, manifestou
475 sua opinião sobre a importância da presença do GeoSampa nesta reunião. Declarou-se
476 favorável ao uso da plataforma, ainda que não domine plenamente todas as suas
477 ferramentas, e ressaltou a relevância do trabalho de constante atualização destacado
478 pelo Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro; sua primeira indagação
479 dirigiu-se ao processo de atualização de informações no GeoSampa, questionando se a
480 equipe da plataforma necessita ser demandada para realizar essas revisões ou se há um
481 acompanhamento proativo por parte da equipe técnica; observou que, na região Oeste,
482 especialmente no Butantã, o grupo de estudos local trabalha com questões semelhantes
483 às apontadas pelo conselheiro João Moreirão, especialmente no que se refere à
484 representação de áreas ambientais; em seguida, abordou o tema do Mapa da Fome,
485 destacando a relevância dessa ferramenta e mencionando os esforços conjuntos do
486 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e do Conselho de Agricultura para
487 identificar as áreas mais sensíveis quanto à demanda por alimentos, especialmente
488 durante o período crítico da pandemia. A conselheira relatou as dificuldades enfrentadas
489 na época para localizar tais pontos no GeoSampa, o que exigiu apoio especializado;
490 indagou se as secretarias municipais, como aquelas representadas no CMPU, precisam
491 pautar formalmente o GeoSampa para a criação de novas camadas ou se é possível que a
492 equipe técnica as desenvolva independentemente, visando ampliar o acesso da sociedade
493 a essas ferramentas de extrema importância; concluiu agradecendo e reiterando o valor
494 que vê no trabalho inovador realizado pela plataforma; em réplica, o Coordenador de
495 GeoInfo esclareceu que o GeoSampa atua tanto de forma reativa quanto proativa na
496 busca de dados, atendendo tanto às demandas da população quanto às solicitações
497 oriundas do gabinete da própria Secretaria de Urbanismo e Licenciamento; explicou que,
498 ao receber uma solicitação, a equipe do GeoSampa procura a secretaria responsável,
499 promovendo capacitações para automatização e digitalização de dados quando

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

500 necessário; indicou que, além disso, diversas secretarias, como a Secretaria da Saúde,
501 também tomam a iniciativa de propor o compartilhamento de seus bancos de dados,
502 especialmente para atender demandas diretas da população. Durante a pandemia, a
503 Secretaria da Saúde foi um exemplo expressivo, pois, em meio ao aumento de demanda
504 por informações, solicitou o desenvolvimento e a padronização de sistemas para a
505 inclusão de dados no GeoSampa, visando ampliar o acesso da população; esclareceu
506 ainda que a comunicação entre o GeoSampa e as demais secretarias é constante e não
507 requer uma formalização específica para cada solicitação; quando uma demanda é
508 identificada e há um responsável pela manutenção do dado, a equipe do GeoSampa
509 colabora para capacitar a secretaria em questão, integrando as novas informações à
510 plataforma; Esse processo, segundo relatou, pode ocorrer rapidamente, ou se estender,
511 dependendo da complexidade dos dados e da necessidade de sistematização; por fim,
512 mencionou que o tema abordado por Maria Angélica, referente ao Mapa da Fome e à
513 questão de abastecimento alimentar, exemplifica bem a dinâmica do trabalho de
514 sistematização; indicou que dados sobre a segurança alimentar ainda carecem de
515 sistematização completa, mas que estudos relacionados ao tema já foram realizados e
516 publicados nos Informes Urbanos do GeoSampa, convidando a conselheira a consultá-los
517 para obter informações adicionais sobre o tema; na sequência, a Conselheira Suplente
518 Maria Angélica Oliveira ressaltou a importância do mapeamento de hortas urbanas e de
519 pontos frágeis de abastecimento em áreas específicas da cidade, apontando que o
520 levantamento desses locais tem ocorrido com a colaboração das secretarias de Direitos
521 Humanos, Saúde, Educação e Assistência Social, além das contribuições dos
522 representantes do CMPU; destacou a relevância dessas conversas para que as demandas
523 da população possam ser atendidas de maneira mais precisa e eficaz; observou que a
524 consulta ao GeoSampa tem sido uma referência fundamental para os cidadãos,
525 especialmente desde 2017, e que, durante a pandemia, essa plataforma se tornou crucial
526 para a busca de informações, em grande parte impulsionada pela sociedade civil; citou o
527 exemplo do Mapa da Fome, destacando a importância desse recurso e sua relação direta
528 com as atividades da Secretaria de Abastecimento e Agricultura e da Secretaria
529 Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SMDTI), que possuem a capacidade
530 de gerenciar equipamentos essenciais como bancos de alimentos e mercados municipais;
531 apontou, contudo, as dificuldades encontradas para localizar dados atualizados de
532 determinadas secretarias, frisando que a presença de GeoInfo e do Coordenador de
533 GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, na reunião reforça a necessidade de estreitar essas
534 relações para facilitar o acesso às informações mais recentes; encerrou destacando que
535 essa aproximação entre a sociedade civil e as secretarias é de extrema importância para
536 responder à crescente demanda por transparência e precisão nos dados disponibilizados;
537 o Coordenador de GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, manifestou concordância com
538 as colocações da conselheira, afirmando que a missão dos gestores do GeoSampa é
539 justamente levar as demandas relevantes aos responsáveis pela produção de dados;
540 observou que, embora o processo de atualização seja, por vezes, ágil, em outras ocasiões
541 requer um período mais longo, envolvendo mudanças culturais dentro das secretarias e

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

542 projetos de integração gradual; demonstrou abertura para receber novas solicitações,
543 destacando que a equipe do GeoSampa está sempre à disposição para integrar
544 informações, como as relativas ao Mapa das Hortas, desde que estas possuam
545 responsáveis e estejam estruturadas de forma coerente para a incorporação; enfatizou
546 que a disposição da equipe é permanente em complementar os dados no GeoSampa de
547 acordo com as necessidades expressas pela população e pelas secretarias; comentou
548 ainda que estudos e expectativas relacionadas à insegurança alimentar já estão sendo
549 explorados pela equipe, visando o aprimoramento contínuo da plataforma com
550 informações relevantes para a sociedade; concluiu agradecendo e reafirmando o
551 compromisso do GeoSampa com a transparência e a acessibilidade dos dados; em
552 seguida, a Conselheira Suplente Michele Perea Cavinato, representante da Secretaria
553 Municipal de Transportes (SMT), apresentou uma dúvida técnica relacionada à
554 compatibilidade entre as diferentes bases de dados utilizadas no GeoSampa; tomando
555 como referência a observação anterior do conselheiro João Moreirão sobre divergências
556 entre informações sobre a localização de vias, questionou se essas discrepâncias podem
557 ocorrer devido a diferenças nas projeções utilizadas pelas diversas secretarias; indagou
558 se as bases de dados são compatibilizadas antes de serem publicadas e se há uma
559 padronização na projeção dos dados, como o uso de coordenadas MDC, para assegurar a
560 consistência entre as informações disponibilizadas; em réplica, o Coordenador de
561 GeoInfo, Sr. Silvio César Lima Ribeiro, esclareceu que as discrepâncias mencionadas
562 podem, de fato, ocorrer devido a parâmetros cartográficos; no entanto, afirmou que
563 atualmente o GeoSampa praticamente não enfrenta mais problemas relacionados a
564 deslocamentos cartográficos, graças ao trabalho minucioso realizado em parceria com a
565 Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que contribuiu com pesquisas e ajustes
566 técnicos para compatibilizar a base de dados antiga, anteriormente denominada Geolog;
567 explicou que todos os parâmetros de conversão foram aplicados, assegurando uma alta
568 precisão cartográfica e minimizando erros desse tipo; ressaltou que, enquanto os
569 problemas técnicos de cartografia foram resolvidos, algumas incoerências podem
570 persistir devido a questões de conteúdo, como nomenclaturas e referências físicas
571 desatualizadas; observou que certas áreas podem ter sido mapeadas com referências
572 antigas, como cursos de água que já não existem, o que gera discrepâncias não
573 relacionadas ao aspecto técnico da projeção cartográfica; acrescentou que mesmo as
574 bases mais antigas, como as imagens aéreas do voo Sara Brasil de 1930, estão
575 devidamente georreferenciadas e podem ser visualizadas no GeoSampa, permitindo que
576 o usuário compare, por exemplo, os antigos meandros do Parque Ecológico do Tietê com
577 o estado atual da área, canalizada; concluiu destacando que, embora possam surgir
578 diferenças de conteúdo, a coerência cartográfica das bases está plenamente assegurada;
579 agradeceu pela indagação e a oportunidade de esclarecer o tema; informou ainda que
580 obteve o número do processo SEI referente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),
581 legislação que determinou a retirada de nomes de contribuintes do sistema GeoSampa;
582 indicou que colocaria o referido número no chat para referência dos participantes. 4)
583 Adentrando ao terceiro item da pauta, com a palavra, o Representante da São Paulo

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

Urbanismo, Sr. Pedro Martin Fernandes; após saudar os presentes, introduziu a pauta abordando a relevância e complexidade do projeto em questão, ressaltando que a Prefeitura, em esforço conjunto de diversas Secretarias, tem trabalhado na viabilização de um projeto estratégico para a requalificação da região do Parque Dom Pedro, considerada crucial para o desenvolvimento urbano; salientou que o processo se fundamentava em um histórico importante, baseado em uma proposta inicial elaborada em 2011 pela antiga SMDU, com o apoio da Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e que envolveu escritórios de arquitetura especializados em drenagem e transporte público; frisou que o objetivo era lidar com os principais desafios da região, marcada pela inserção de grandes infraestruturas de transporte que afetaram profundamente suas características originais, como espaço de lazer e de ligação entre o centro e a zona leste; contextualizou que, ao longo da urbanização, a Várzea do Carmo foi progressivamente impermeabilizada, agravando os problemas de drenagem, principalmente nas imediações das ruas 25 de Março e Cantareira, destacando a importância de solucionar essas questões para restaurar a função da área como ponto de lazer e convívio público; explicou que o projeto buscava não apenas requalificar o parque, mas resgatar a relação histórica entre o centro da cidade e o Brás, promovendo melhorias ambientais e de acessibilidade urbana; apontou que o plano de 2011 norteou as ações atuais, sendo retomado em 2023 com a colaboração ativa da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, que contribuiu com o desenvolvimento dos Cadernos de Drenagem, incluindo o caderno Anhangabaú e um estudo voltado para a margem esquerda do Rio Tamanduateí; sublinhou a importância das Secretarias de Entregas Prioritárias, de Governo, da SMUL, da São Paulo Urbanismo, além da Secretaria de Desestatização e Parcerias, cuja atuação permitiu o exame de alternativas econômicas e garantiu o apoio técnico e logístico necessário para a execução do projeto; reforçou que o Parque Dom Pedro integrava o Programa de Intervenções Urbanas (PIU) Setor Central, que abarca iniciativas voltadas para o adensamento urbano, habitação social e melhor aproveitamento das infraestruturas existentes; enfatizou que o projeto do parque, mencionado no Artigo 31 do PIU e aprovado em primeira votação pela Câmara Municipal, tinha como meta reorganizar áreas impactadas por antigas estruturas viárias e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável; ressaltou que o projeto se baseava em estudos detalhados da área, com propostas de posicionamento adequado do terminal de ônibus e a integração com a linha vermelha do metrô na estação Pedro II, além do futuro BRT da Radial Leste, que fazia parte do programa de metas da Prefeitura para o quadriênio 2021-2024; abordou alternativas de infraestrutura, incluindo um terminal semienterrado, com o objetivo de liberar o espaço urbano para pedestres, restabelecendo a relação da cidade com a água e a qualidade ambiental; enfatizou que a recuperação da Várzea do Carmo não envolvia apenas a infraestrutura viária, mas também o resgate cultural e paisagístico, possibilitando maior integração com espaços como a Casa das Retortas, o Mercado e o futuro SESC Dom Pedro, além de promover melhorias na transposição do Rio Tamanduateí, atualmente percebido como uma

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

626 fronteira perigosa para pedestres; apontou a importância de considerar os aspectos
627 ambientais da obra, como a reutilização de entulhos na demolição de viadutos e a adoção
628 de práticas de logística reversa, permitindo que o concreto das antigas construções fosse
629 reaproveitado na nova pavimentação; finalizou destacando que o projeto buscava
630 proporcionar um espaço urbano seguro e acessível, promovendo uma travessia que não
631 só respeitasse, mas aprimorasse a experiência do pedestre na cidade; com a palavra o
632 Presidente Suplente Sr. José Armênio de Brito Cruz, agradeceu ao Sr. Pedro Martin
633 Fernandes pela explanação inicial e ressaltou a importância de contextualizar o projeto,
634 destacando que, devido à sua magnitude, o desenvolvimento já contou com audiências
635 públicas e consultas à sociedade; indagou ao Sr. Pedro Fernandes sobre o tempo
636 transcorrido desde a última consulta pública, estimando que teria ocorrido há
637 aproximadamente dois meses; em réplica, o Sr. Pedro Martin Fernandes confirmou que
638 as audiências foram todas públicas, especificando que uma ocorreu em março e uma
639 segunda sessão foi realizada recentemente, incluindo já algumas adaptações e melhorias
640 urbanísticas; salientou que essa abordagem de incorporar o projeto no contexto das
641 Parcerias Público-Privadas (PPP) dos terminais é uma iniciativa relevante, uma vez que a
642 área do Parque Dom Pedro integra três terminais, além da conexão com o Expresso
643 Tiradentes; explicou que as sessões recentes refletiram esses avanços, visando alinhar o
644 projeto com as propostas das PPPs dos terminais; informou, ainda, que o processo
645 participativo segue aberto para a apreciação pública; em seguida, O Presidente Suplente
646 Sr. José Armênio de Brito Cruz destacou a abordagem adotada, que visa reunir e aplicar o
647 conhecimento acumulado sobre o território ao longo dos anos; mencionou que a
648 Prefeitura, em colaboração com a Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente
649 (FUPAM), adquiriu diretrizes para a região há mais de uma década, orientando-se por
650 princípios de sustentabilidade com vistas a reorganizar o espaço urbano; enfatizou a
651 inserção do projeto no contexto da recuperação da região central, previamente
652 categorizada como área de intervenção especial dentro do PIU Setor Central; informou
653 que o PIU Central já foi aprovado em primeira votação pela Câmara Municipal e que a
654 segunda votação ocorrerá em breve, o que permitirá que projetos, como o do Parque
655 Dom Pedro, avancem; frisou a importância de outras ações associadas, como redesenho
656 dos viadutos e o plano habitacional integrado ao PIU, com vistas a consolidar a
657 sustentabilidade social e ambiental da região; ao concluir, passou a palavra à Secretária
658 Executiva Talita para que desse início às inscrições dos conselheiros interessados em se
659 manifestar; agradecendo ao Sr. Pedro Martin Fernandes pela apresentação, a Secretária
660 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari, antes de prosseguir com os conselheiros inscritos,
661 comunicou o recebimento de uma mensagem no chat da reunião enviada pela
662 Conselheira Simone Ferreira Gatti, representante titular das Entidades Profissionais (IAB
663 SP), que precisou ausentar-se e solicitou o registro de sua manifestação em ata; informou
664 que faria a leitura completa da mensagem para, caso pertinente, o Sr. Pedro Fernandes
665 responder aos pontos levantados; acrescentou que consideraria a mensagem como uma
666 pergunta formal da Conselheira Simone, visto que não teve oportunidade de revisar
667 integralmente o conteúdo antes da leitura; segue texto na íntegra : “Caros, infelizmente,

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

668 *preciso sair para outra reunião, então gostaria de deixar meu comentário por escrito para que*
669 *possa ser lido, por favor, após a apresentação do parque Dom Pedro e que conste em ata.*
670 *Entendemos a importância de um projeto de requalificação da área do parque Dom Pedro, da*
671 *instalação do Sesc do local e das melhorias para o espaço público e mobilidade urbana. Porém,*
672 *um projeto como esse não pode desconsiderar os demais temas que ele envolve, sobretudo em*
673 *relação ao processo histórico no qual ele se originou, com a demolição dos edifícios, São Vito e*
674 *Mercúrio, e a remoção das 400 famílias de baixa renda que viviam nos 2 edifícios. A reforma*
675 *dos prédios, que custaria R\$ 8.000.000, foi substituída por um complexo processo de*
676 *demolição que custou R\$ 20.000.000. Dezenas de famílias foram despejadas e até hoje lutam*
677 *por justiça, por atendimento habitacional ou auxílio aluguel em processos judiciais que*
678 *tramitam na SEHAB e na COHAB. Considerando esse histórico, bem como o agravamento da*
679 *crise habitacional e da emergência social que vivemos pós-pandemia, nos parece inviável que*
680 *um projeto para essa região siga sem incorporar a demanda habitacional, que foi suprimida na*
681 *concepção de 2011, como representante do IAB-SP, sugerimos que o projeto seja revisto, com*
682 *inclusão de habitação, de interesse social e que esteja vinculado à garantia dos atendimentos*
683 *habitacionais para as famílias despejadas, que ainda requerem seus direitos na justiça e que os*
684 *custos e contrapartidas dos empreendedores do poder público, bem como a origem dos*
685 *recursos, estejam claros e transparentes para avaliação da sociedade. Obrigada Simone Gatti.”;*
686 *em réplica, o Sr. Pedro Martin Fernandes enfatizou a importância do comentário da*
687 *Conselheira Simone Ferreira Gatti, destacando que o projeto do Parque Dom Pedro deve*
688 *sempre considerar a interface entre infraestrutura e habitação; ressaltou que, para*
689 *garantir a vitalidade do parque, é imprescindível promover melhorias no entorno, com*
690 *destaque para a franja leste, onde se situam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)*
691 *na região do Brás; esclareceu que o Plano Diretor assegurou essas áreas para habitação*
692 *social, o que é fundamental para o sucesso do projeto; mencionou os avanços*
693 *significativos promovidos desde 2011 no que tange à habitação social na região central,*
694 *incluindo a criação de instrumentos no Plano Diretor que incentivam um adensamento*
695 *populacional diverso, propiciando a inclusão de diferentes classes sociais na área central;*
696 *afirmou que a manutenção e o acréscimo de moradias voltadas a pessoas em situação de*
697 *vulnerabilidade são essenciais para o fortalecimento da vitalidade do parque; explicou*
698 *que as ZEIS na parte leste do parque são, portanto, um elemento estruturante para o*
699 *projeto; além disso, o Sr. Fernandes mencionou outras iniciativas em curso pela*
700 *Prefeitura e pela Secretaria de Habitação, como o programa “Pode Entrar” e diferentes*
701 *modalidades de chamamento público promovidas pela Secretaria de Urbanismo, que*
702 *reforçam o compromisso com a habitação na região; concluiu que a questão habitacional*
703 *não é apenas um aspecto a ser considerado na concepção do parque, mas constitui um*
704 *pilar essencial para a sua existência e sustentabilidade; reiterou que o parque,*
705 *classificado como projeto especial dentro do PIU, demanda uma visão integrada e ampla*
706 *da cidade, evidenciando a relevância de uma abordagem contextualizada para a*
707 *requalificação urbana; agradeceu, por fim, o comentário, que possibilitou esclarecer o*
708 *escopo abrangente do projeto e seu impacto na requalificação da área central; em*
709 *seguida, o Representante Titular da Associação de Bairro 1 (Inácio Monteiro), Sr. José*

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

710 André de Araújo, tomou a palavra e dirigiu-se ao Sr. Pedro Martin Fernandes,
711 comentando que, embora tenha ótimas referências de seu trabalho e de outros
712 profissionais envolvidos, considerou a apresentação um tanto genérica; pediu desculpas
713 ao Sr. Pedro pela crítica e ressaltou que achou o material apresentado um pouco
714 sintético, além de apontar que o conteúdo não foi previamente enviado aos conselheiros;
715 sugeriu que tal prática seja adotada para todas as apresentações futuras; questionou,
716 então, em seguida, alguns pontos específicos, embora não tenha completado sua
717 pergunta no momento; em réplica, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari,
718 interrompeu brevemente o Sr. José André de Araújo para esclarecer que a apresentação
719 havia sido encaminhada com antecedência aos conselheiros; informou que o material
720 estava disponível para todos e sugeriu que o Sr. José André verificasse o acesso ao link
721 disponibilizado; observou que essa não era a primeira vez que o conselheiro mencionava
722 dificuldades de acesso durante as reuniões e se colocou à disposição para auxiliá-lo,
723 sugerindo que ele entrasse em contato posteriormente para solucionar qualquer
724 problema técnico; em seguida, o Conselheiro Titular Sr. José André Araújo solicitou a
725 palavra e discorreu sobre pontos específicos de interesse urbano e social; o Conselheiro
726 iniciou sua fala abordando a questão da moradia de interesse social, defendendo a divisão
727 da habitação em três camadas, excluindo a Habitação de Mercado Popular (HMP),
728 contrapondo-se à posição adotada pela Prefeitura no Decreto nº 61.282, o qual institui
729 uma nova categoria que abrange até 20 salários mínimos; solicitou, então, que o
730 expositor tratasse de maneira mais objetiva sobre a criação da habitação de interesse
731 social em termos numéricos, considerando ainda aspectos que não foram devidamente
732 detalhados, como a geração de empregos; destacou a importância desse ponto, frisando
733 que é uma questão de alta relevância para o desenvolvimento da comunidade local; além
734 disso, mencionou a necessidade de melhorias na iluminação pública, especialmente nas
735 proximidades da Escola Estadual São Paulo, situada próxima à Estação Dom Pedro do
736 Metrô, destacando a situação crítica e a insegurança provocada pela iluminação
737 insuficiente na área; o Conselheiro prosseguiu questionando sobre as medidas de
738 revitalização e reforma para solucionar a questão da iluminação pública, considerada
739 praticamente inexistente atualmente; mencionou também a situação da Praça Fernando
740 Costa, apontando que o local se transformou em um “mar de concreto”, ocupado em
741 grande parte por trabalhadores da economia informal; levantou a questão da
742 acessibilidade e mobilidade dos pedestres, especialmente no que concerne aos acessos
743 ao Terminal Dom Pedro; indagou se o projeto contempla a criação de um espaço como
744 um shopping que poderia ser utilizado pelos trabalhadores autônomos, conhecidos
745 popularmente como ambulantes, com o objetivo de assegurar um espaço adequado para
746 o exercício de suas atividades; ressaltou que muitos desses trabalhadores possuem o
747 Termo de Permissão de Uso (TPU), o que formaliza sua atividade na praça e reforça a
748 necessidade de um planejamento que atenda a essa categoria; em continuidade, o
749 Conselheiro destacou a importância da macrodrenagem para a área em questão; reiterou
750 a necessidade de um planejamento efetivo, lembrando o histórico da canalização do Rio
751 Tamanduateí, realizada no passado para atender às demandas da gestão pública, citando

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

752 inclusive as influências políticas e econômicas envolvidas, como a presidência do Prefeito
753 Lauro Setubal no Banco Itaú; outro ponto abordado foi a destinação e controle dos
754 entulhos na área do Tamanduateí e Dom Pedro, que frequentemente é utilizada como
755 depósito de materiais de descarte, solicitando esclarecimentos sobre como será feita a
756 fiscalização para mitigar essa problemática; por fim, o Conselheiro mencionou a
757 relevância da inclusão de aspectos ligados ao Mercado Municipal e à área cerealista,
758 pontuando a importância de se considerar esses espaços no plano de desenvolvimento
759 urbano, bem como abordou a ausência de sinalização adequada para pedestres; reiterou
760 a dificuldade que os pedestres enfrentam para atravessar vias como a Avenida do Estado,
761 e questionou se há previsão para a instalação de semáforos automáticos, lombadas ou
762 outras medidas que facilitem a travessia e aumentem a segurança dos transeuntes;
763 solicitou que o expositor pudesse detalhar melhor essas questões dentro do plano
764 urbanístico, considerando as emendas e modificações que muitas vezes são introduzidas
765 no processo legislativo, o que acaba por afastar a discussão do controle popular e da
766 participação social; na sequência, o Conselheiro Titular do Conselho Participativo
767 Municipal da Macrorregião Oeste, Sr. Maurício Ramos de Oliveira, dirigiu-se ao Sr. Pedro
768 para cumprimentá-lo e agradecer pela apresentação, destacando sua satisfação ao
769 constatar que o projeto de intervenção urbana em discussão contemplava as bacias
770 hidrográficas e as questões de drenagem; salientou a importância desse olhar mais
771 apurado, que permite uma convivência harmoniosa com as águas urbanas, contrapondo-
772 se ao predomínio de uma infraestrutura que considerou excessivamente “cinza”;
773 expressou contentamento com a abordagem ambiental adotada, sobretudo no que tange
774 à recuperação da área de várzea, mas frisou que a habitação deve ser a prioridade
775 principal; mencionou que, conforme apontado pela Sra. Simone e pelo Sr. André, o ser
776 humano deve estar no centro de todos os projetos, sejam eles de caráter ambiental ou
777 voltados para a mobilidade, pois a cidade deve ser feita para as pessoas; destacou a
778 gravidade do déficit habitacional e o aumento expressivo da população em situação de
779 rua, contrastando com o crescimento dos empreendimentos imobiliários, o que, segundo
780 Sua Senhoria, exige um equilíbrio entre as duas demandas; abordou também a relevância
781 da preservação do patrimônio histórico antes de realizar qualquer modificação no
782 território, conforme também pontuado pela Sra. Simone; em seguida, o Sr. Maurício
783 posicionou-se como membro da Aliança pela Água e consultor na Comissão de Segurança
784 Hídrica, mencionando que encontrou o Sr. Pedro em uma reunião anterior e elogiou sua
785 apresentação sobre a importância das águas urbanas, que considera um recurso de
786 crescente importância para o futuro; finalizou com uma indagação ao Sr. Pedro,
787 questionando se o projeto de intervenção urbana em questão inclui soluções de micro
788 drenagem baseadas na natureza; complementou, indagando sobre a possibilidade de
789 alternativas sustentáveis que pudessem integrar o programa de infraestrutura cinza com
790 intervenções naturais, buscando uma abordagem complementar; com a palavra, a
791 Conselheira Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, Sra. Stela
792 de Camargo Dalt, cumprimentou a todos e iniciou sua fala parabenizando o Sr. Pedro pela
793 apresentação, destacando a clareza e objetividade na exposição, o que considera útil para

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

794 a conversa em curso; embora apreciasse a forma da apresentação, a Conselheira
795 manifestou algumas dúvidas sobre o conteúdo, especialmente em relação ao modelo de
796 negócios proposto pela SPP e pela Secretaria de Desestatização; solicitou que fossem
797 compartilhadas informações sobre o processo, incluindo o SEI da SPP sobre o estudo,
798 para esclarecer se o investimento será privado e quais serão as contrapartidas; indagou
799 também se, a exemplo de outros parques da cidade, o projeto será privatizado; destacou
800 que, apesar das imagens apresentadas, conhecidas de longa data por profissionais de
801 urbanismo, a cidade mudou significativamente desde 2011; a Conselheira ressaltou a
802 necessidade de uma abordagem atualizada que leve em conta o agravamento da
803 vulnerabilidade social, especialmente o aumento de moradores de rua; solicitou ainda
804 explicações sobre a diferença entre o BRT e o Expresso Tiradentes, mencionando que
805 ambos têm propósitos semelhantes, o que a leva a questionar quais mudanças concretas
806 serão implementadas além do enterramento de um trecho da área; por fim, a Conselheira
807 pediu informações adicionais sobre os SEI's da SPP e da Secretaria de Desestatização
808 relacionados aos investimentos, questionando o motivo pelo qual o projeto não poderia
809 ser viabilizado com recursos das operações urbanas do PIU Setor Central, indagando
810 sobre a razão para não considerar financiamento público para o projeto; com a palavra, a
811 Conselheira Titular da ONG Pólis, Sra. Margareth Matiko Uemura, cumprimentou a
812 todos e iniciou sua fala complementando as questões previamente levantadas,
813 enfatizando os pontos críticos ainda pendentes no projeto; mencionou que, embora o
814 projeto seja antigo, as demandas sociais da área só se agravaram, sem que tenham
815 recebido a devida atenção; destacou que, apesar da demarcação das ZEIS (Zonas
816 Especiais de Interesse Social), é imprescindível que se aloque investimento para
817 habitação social, com o intuito de atender à população em situação de rua, que se
818 expandiu consideravelmente; mencionou o censo de cortiços realizado pela Prefeitura,
819 observando que os moradores de edifícios demolidos continuam sem atendimento,
820 reforçando a necessidade de que as novas informações e dados disponíveis sejam
821 utilizados para priorizar o apoio a essas famílias; sugeriu também a necessidade de
822 coordenação entre os diversos projetos, como o PIU Setor Central, esta intervenção
823 específica e o próprio censo de cortiços, defendendo a integração dessas informações
824 para uma abordagem mais eficaz; a Conselheira solicitou que informações mais
825 detalhadas sobre o projeto fossem disponibilizadas, como o custo e o cronograma de
826 implementação, reiterando que, conforme destacado pelo Sr. Maurício, a questão da
827 habitação é central, embora também seja necessário tratar a drenagem e a mobilidade,
828 que se configuram como elementos centrais da proposta; enfatizou que durante as
829 consultas públicas, surgiram muitas dúvidas sobre a acessibilidade para pedestres,
830 destacando que a resposta dada foi de que esse aspecto seria contemplado parcialmente
831 ou não contemplado, o que considera insuficiente; questionou, portanto, de que forma o
832 projeto ampliará efetivamente o atendimento ao pedestre e qual será o grau de
833 permeabilidade na área, mencionando que o projeto tem sido comparado ao Vale do
834 Anhangabaú, com informações sugerindo um possível cercamento; solicitou que esses
835 aspectos sejam detalhados em uma próxima apresentação para que seja possível discutir

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

836 com dados técnicos a questão da vulnerabilidade e do atendimento à população,
837 ressaltando que o alto investimento planejado deve incluir as famílias e comerciantes
838 locais; por fim, a Conselheira ressaltou que foi mencionada a ausência de um centro de
839 acolhimento na região e que, embora houvesse a sugestão de sua criação, foi respondido
840 que tal demanda não seria contemplada; solicitou, assim, que esses detalhes sejam mais
841 explicitados para uma continuidade no debate, visando a viabilidade do projeto e o
842 interesse do coletivo; agradeceu e pediu desculpas pela extensão de sua fala; em réplica,
843 o Relator Sr. Pedro Martin Fernandes enfatizou que as questões levantadas,
844 especialmente sobre habitação, retornam frequentemente nas falas dos conselheiros e
845 são centrais no contexto do projeto Dom Pedro; afirmou que esse projeto está inserido
846 dentro do PIU Setor Central e alinhado com o Plano Diretor, que prevê um planejamento
847 integrado para a região; sobre a questão específica do centro de acolhimento, o Sr. Pedro
848 esclareceu que tal equipamento público está previsto dentro do contexto mais amplo do
849 PIU, sendo viabilizado por recursos oriundos de outorga onerosa ou do fundo perdido da
850 Prefeitura; enfatizou que, embora o centro de acolhimento não esteja diretamente
851 incluído no projeto do Parque Dom Pedro, ele faz parte do escopo do PIU, que considera
852 a integração de diversos equipamentos e provisões habitacionais; o Sr. Pedro ressaltou
853 ainda que, desde o início de sua apresentação, frisou a importância da relação do parque
854 com o PIU, e que esse vínculo responde às demandas tanto para a implementação de
855 equipamentos públicos quanto para a oferta de habitação; o Presidente Suplente, Sr. José
856 Armênio de Brito Cruz, solicitou breve interrupção para ressaltar aspectos
857 metodológicos de alta relevância no tocante ao projeto do Parque Dom Pedro; enfatizou
858 que, conquanto este seja uma parte integrante do PIU Setor Central, encontra-se situado
859 em um contexto ampliado que abarca questões essenciais de habitação e de mitigação da
860 vulnerabilidade social da região, elementos estruturantes do próprio PIU; destacou que,
861 apesar de a discussão presente circunscrever-se à área do Parque Dom Pedro, como bem
862 assinalado pelo Sr. Pedro, há uma interligação intrínseca com o bairro do Brás e outras
863 áreas adjacentes, o que justifica uma abordagem mais abrangente e integrada;
864 acrescentou que, neste momento, o projeto do parque permanece orientado pelas
865 diretrizes gerais, sendo que os detalhes técnicos específicos, como as técnicas de
866 drenagem mencionadas pelo Sr. Maurício, serão minuciosamente abordados em fases
867 subsequentes de desenvolvimento; o Sr. José Armênio elucidou que tais diretrizes
868 abarcam as problemáticas de drenagem, habitação e transporte coletivo, ainda que seu
869 desenvolvimento detalhado esteja previsto para etapas ulteriores; finalizou informando
870 que o projeto já foi submetido a uma consulta pública inicial e segue em processo de
871 consulta, de forma a assegurar sua viabilização conforme o interesse público; o Sr. Pedro
872 Martin Fernandes retomou sua réplica endereçando as considerações ao Sr. José André;
873 expressou gratidão pelos detalhamentos apreciados e destacou o progresso já realizado
874 em alguns pontos específicos do projeto; esclareceu que, apesar de algumas imagens
875 ainda não refletirem mudanças, sugeriu a exibição de representações técnicas mais
876 atualizadas que apresentem as modificações implementadas em relação ao
877 desenvolvimento de 2011; ressaltou a reestruturação da Avenida do Estado, cuja faixa

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

878 ampliada aproxima-se das áreas comerciais, especialmente na margem oeste adjacente
879 ao centro, onde a esplanada proporciona acesso ao terminal por meio de passagens
880 subterrâneas; afirmou que todas as travessias serão projetadas em nível, priorizando a
881 segurança e acessibilidade dos pedestres, eliminando a necessidade de transpor rampas e
882 escadas em favor do fluxo de veículos, em consonância com a prioridade pela
883 transversalidade; destacou ainda a inclusão de arborização para o conforto climático,
884 essencial para pedestres, que configuram o foco principal desse projeto, centrado em três
885 elementos-chave: travessias em nível, áreas arborizadas e acessibilidade contínua; em
886 continuidade, o Sr. Fernandes reforçou a necessidade de espaços públicos de qualidade
887 para a população da região central, que enfrenta vulnerabilidade social significativa,
888 refletindo o alinhamento do projeto com as demandas por habitação social em áreas
889 urbanas bem infraestruturadas; exibiu seções transversais do projeto que ilustram sua
890 adaptabilidade e progresso em resposta aos levantamentos feitos pela Secretaria de
891 Urbanismo; reconheceu a utilidade do espaço do CMPU, visto como fundamental para o
892 amadurecimento do projeto e para promover soluções viáveis a partir dos debates;
893 observou que foi realizada uma consulta pública promovida pela São Paulo Parcerias,
894 fornecendo o número de protocolo SEI, a qual contém um estudo detalhado acerca da
895 geração de empregos associada ao projeto; esclareceu que o projeto também inclui
896 soluções para a ampliação de áreas comerciais, integrando sugestões ao planejamento de
897 acessos e espaços de circulação; afirmou que alguns detalhes técnicos, como as técnicas
898 de drenagem, serão abordados nas fases seguintes de desenvolvimento, e respondeu à
899 questão de drenagem, levantada por José André e Maurício Ramos, enfatizando a
900 importância atribuída ao tema, dada sua experiência no grupo de pesquisa Petrópolis
901 Fluvial e na Comissão de Segurança Hídrica; destacou o compromisso da Secretaria de
902 Urbanismo com a implementação de soluções naturais para drenagem, como lagoas de
903 retenção, destinadas a mitigar a poluição difusa nas águas pluviais da cidade; elucidou
904 que tais soluções para drenagem são essenciais para tratar as bacias hidrográficas como
905 unidades de planejamento, reforçando o enfoque integrado do projeto; diferenciou o
906 Expresso Tiradentes do projeto BRT da Radial Leste, mencionando que o BRT segue uma
907 rota planejada distinta que acompanha a Radial Leste, desde a Avenida Aricanduva até o
908 Parque Dom Pedro, constituindo-se em uma obra independente do Expresso Tiradentes;
909 concordou com a pertinência do debate sobre o financiamento público do projeto,
910 salientando que a Parceria Público-Privada (PPP) para terminais é apenas uma entre as
911 alternativas atualmente avaliadas pela prefeitura, que considera também o uso de
912 recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI),
913 destinado ao saneamento ambiental da cidade, além do FUNDURB e da outorga onerosa;
914 destacou que o projeto explora diversas possibilidades de financiamento, todas em fase
915 de estudo e avaliação, envolvendo múltiplas secretarias; concluindo, respondeu aos
916 questionamentos sobre censos habitacionais e cortiços, sublinhando o empenho do
917 projeto em priorizar as populações vulneráveis, incluindo moradores das áreas do São
918 Vito e dos cortiços, a fim de assegurar-lhes uma destinação habitacional adequada e
919 integrada ao planejamento urbano; sugeriu, ainda, que as atualizações do projeto sejam

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

920 apresentadas no CMPU com maior frequência, de modo a garantir transparência no
921 avanço das etapas e proporcionar entregas mais detalhadas e consistentes conforme o
922 projeto se desenvolva; na sequência, o Sr. Daniel Todtmann Montandon, representante
923 suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2 pela UNINOVE, dirigiu-se aos
924 presentes expressando cumprimentos e agradecimentos ao Sr. Pedro pela apresentação
925 realizada; iniciou seus comentários abordando primeiramente o caráter exploratório do
926 projeto apresentado, mencionando que, por se tratar de um estudo de viabilidade,
927 compreende que o intuito da apresentação seja receber contribuições para uma
928 continuidade interna, sem implicações deliberativas ou definições estratégicas
929 institucionais; questionou então se tal interpretação é procedente; em seguida, dirigiu-se
930 ao tema da drenagem, alinhando-se ao entusiasmo previamente demonstrado pelo
931 conselheiro Maurício, mas ponderando sobre os desafios de manutenção que
932 frequentemente acompanham obras de infraestrutura hídrica em espaços públicos;
933 destacou que sistemas de drenagem, especialmente aqueles que envolvem grandes
934 estruturas como piscinões ou fontes, muitas vezes enfrentam dificuldades de
935 manutenção na cidade de São Paulo, exemplificando com o caso do Vale do Anhangabaú,
936 onde há recorrência de fontes desativadas; ressaltou que a lagoa de retenção proposta
937 no projeto do parque Dom Pedro II, embora tenha um potencial significativo tanto para
938 drenagem quanto para lazer e paisagismo, apresenta um protagonismo que demanda
939 análise criteriosa, questionando se estudos detalhados foram conduzidos acerca de sua
940 viabilidade de gestão e manutenção a longo prazo; avançando para o tema da
941 infraestrutura viária, o Sr. Montandon solicitou esclarecimentos sobre a concepção do
942 projeto quanto ao nível da Avenida do Estado; perguntou se há previsão de rebaixamento
943 ou enterramento de algum trecho da avenida e se tal intervenção implicaria na demolição
944 dos viadutos existentes, favorecendo a integração e circulação de pedestres; indagou se
945 essa estratégia de demolição e rebaixamento foi confirmada no projeto ou se, ao
946 contrário, a avenida permanecerá em seu nível atual, solicitando que esse aspecto seja
947 elucidado; ainda em relação ao parque Dom Pedro II, o conselheiro mencionou ter
948 observado uma referência a uma possível arena no território do parque em documentos
949 da consulta pública; destacou que, embora possa ter havido algum engano em sua leitura,
950 gostaria de confirmação sobre a presença de tal instalação, ponderando que a inclusão de
951 uma arena neste contexto transformaria o caráter do parque, conferindo-lhe uma função
952 de maior atratividade e impacto, e inquirindo sobre a análise de viabilidade associada a
953 tal instalação; pontuou ainda a relevância de um debate sobre a viabilidade técnica e
954 financeira do projeto, questionando como foi realizado o processo de escolha deste
955 projeto específico, se a equipe técnica avaliou alternativas e se houve a consideração de
956 outras propostas históricas para o centro da cidade, mencionando que já ocorreram
957 concursos e investigações prévias para o desenvolvimento desta área; nesse contexto,
958 sugeriu ao Sr. José Armênio que se avalie a possibilidade de realização de um concurso
959 público para aprofundar a investigação e a definição de diretrizes urbanísticas para o
960 parque, dada a peculiaridade da área; finalizou propondo que o parque Dom Pedro II
961 possa ser objeto de um Projeto de Intervenção Urbana (PIU) específico, dadas as

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

962 características únicas do local, defendendo que um PIU promoveria articulação das
963 intervenções previstas, mecanismos de financiamento e um processo democrático de
964 acompanhamento, assegurando a transparência e participação na implementação do
965 projeto por meio de um conselho gestor; em seguida, a Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta,
966 representante titular da Associação de Bairro 2 (SAPP), saudou os presentes e iniciou
967 suas indagações direcionadas ao Sr. Pedro, manifestando em primeiro lugar suas dúvidas
968 acerca da estrutura financeira do projeto; observou que, conforme mencionado no início
969 da apresentação, a proposta baseia-se em um modelo de Parceria Público-Privada (PPP)
970 que prevê um aporte público de 678,9 milhões de reais e uma contrapartida privada de
971 1,9 bilhões de reais ao longo de 30 anos, utilizando-se de mecanismos de desoneração;
972 questionou, assim, como essa estrutura se operacionalizaria na prática, solicitando
973 esclarecimentos sobre a hierarquia de prioridades para a alocação dos recursos, o
974 montante destinado especificamente às obras e se há um plano de gastos detalhado, pois,
975 em sua visão, o projeto parece menos orientado para questões sociais ou econômicas e
976 mais direcionado a soluções viárias e de transporte; apontou que, embora tal objetivo
977 fosse pertinente à época da concepção do projeto, em 2011, as circunstâncias mudaram
978 drasticamente até 2022; enfatizou que, após três anos de pandemia, agravamento da
979 pobreza na região e impacto severo sobre o comércio e os serviços locais, que constituem
980 o eixo econômico desta área, é necessário reconsiderar os objetivos do projeto; sugeriu
981 que, frente à crise socioeconômica atual, a prioridade deveria ser revista para que o foco
982 recaia mais sobre a questão social do que sobre as melhorias viárias e de transporte,
983 ressaltando que houve uma transformação na demanda por transporte público,
984 especialmente ônibus, com a diminuição de passageiros devido ao crescimento do
985 trabalho remoto, o que impacta diretamente a estrutura de mobilidade; acrescentou
986 ainda sua preocupação com o tema da drenagem, ressaltando o caráter intrinsecamente
987 alagadiço da região e questionando se o projeto contempla soluções suficientemente
988 robustas para mitigar picos de cheia de frequência centenária, como estabelece a
989 legislação atual para sistemas de contenção de águas pluviais; mostrou-se apreensiva
990 quanto ao possível enterramento da Avenida do Estado, mencionado pelo conselheiro
991 Daniel, e expressou dúvidas sobre a eficácia dessa medida, lembrando que áreas já
992 rebaixadas, como o Vale do Anhangabaú, ainda sofrem com alagamentos recorrentes,
993 indagando como esses desafios seriam enfrentados dentro da proposta apresentada;
994 enfatizou, apesar disso, que o projeto apresenta uma estética bem elaborada, mas que
995 demanda evolução em termos técnicos e estruturais; reiterou seu apoio à realização de
996 concursos públicos para projetos de natureza pública, defendendo que esse tipo de
997 processo amplia as oportunidades de discussão sobre as especificidades dos locais e
998 fomenta o surgimento de novos talentos, apontando para a prática consolidada
999 internacionalmente; retornou ao tema da habitação, destacando a importância da
1000 incorporação de Habitação de Interesse Social (HIS), especialmente HIS 1, nas áreas
1001 designadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 3), que compreendem cerca
1002 de 30% do território, evidenciando que tais zonas requerem atenção prioritária;
1003 observou que o projeto parece se concentrar no aumento de coeficiente de

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1004 aproveitamento e na elevação de altura nas zonas de centralidade, o que tende a gerar
1005 novos eixos de estruturação urbana com potencial de expulsão da população de média e
1006 baixa renda, além do comércio local; questionou então que tipo de comércio seria
1007 implantado e se este coexistiria ou entraria em competição direta com áreas de comércio
1008 já estabelecidas, como a 25 de Março e o Triângulo Histórico, onde a atividade comercial
1009 já é robusta; ressaltou a particularidade de áreas como as destinadas ao fornecimento de
1010 materiais de construção e ponderou sobre a possibilidade de que a introdução de novas
1011 áreas comerciais poderia, ao invés de complementar, competir ou desestabilizar os
1012 estabelecimentos existentes; salientou que o projeto aparenta ter um potencial de
1013 “gentrificação”, visto que os vultosos investimentos previstos parecem não contemplar,
1014 de forma prioritária, a população residente; concluiu reiterando seu entendimento de
1015 que o projeto, conforme colocado, ainda encontra-se em fase de discussão e que há
1016 possibilidade de revisões e de aprofundamento nos pontos mencionados, indagando ao
1017 Sr. Pedro se tal percepção procede e se o debate em torno do aprimoramento das
1018 diretrizes do projeto permanece aberto; a Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut,
1019 representante titular do Setor Empresarial 4 pela Associação Comercial de São Paulo
1020 (ACSP), iniciou sua fala cumprimentando a Sra. Talita, os conselheiros presentes e o Sr.
1021 Pedro, parabenizando-o pela apresentação; mencionou sua atuação no Conselho de
1022 Política Urbana e a contribuição da ACSP ao longo das discussões realizadas no início do
1023 ano e durante a consulta pública conduzida em fevereiro e março; destacou seu
1024 agradecimento ao constatar que algumas das observações e sugestões da associação
1025 foram incorporadas ao projeto; em seguida, levantou alguns pontos e observações que
1026 reforçam preocupações já trazidas por outros conselheiros; primeiramente, questionou
1027 se o projeto contempla mecanismos de incentivo e valorização que permitam a
1028 incorporação do comércio local às novas áreas de comércio, evitando que estas se
1029 tornem espaços excludentes, conforme mencionado pela conselheira Lucila, e
1030 promovendo a preservação da identidade comercial regional; prosseguiu questionando
1031 se a ideia de uma praça panorâmica, que aparentemente ficaria em uma área elevada,
1032 acima do nível do terminal, permanece na concepção atual do projeto; sugeriu que este
1033 espaço panorâmico poderia potencializar o valor do local, servindo como um atrativo
1034 complementar ao terminal; ainda sobre a infraestrutura para pedestres, mencionou o
1035 conceito de boulevard, destacando sua relevância na escala do pedestre e sua conexão
1036 com a Rua do Gasômetro, o que qualificaria o espaço não apenas como área verde, mas
1037 como uma área caminhável, valorizando o convívio urbano e a acessibilidade; destacou
1038 também a importância de se concretizar o instrumento da Parceria Público-Privada
1039 (PPP), um recurso já previsto em diversos outros projetos urbanos, que acredita ter o
1040 potencial de se mostrar uma solução inovadora e eficaz, desde que haja um aporte inicial
1041 de aproximadamente 680 milhões de reais por parte do setor público, direcionado,
1042 sobretudo, às áreas de infraestrutura e ao tratamento das águas; manifestou ainda
1043 algumas dúvidas relacionadas aos aspectos de drenagem, solicitando mais detalhes sobre
1044 o tratamento das águas dentro do projeto e observando que a criação de espaços que
1045 promovam a interação da sociedade com os recursos hídricos, especialmente no contexto

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

1046 da área central, representa uma grande oportunidade para São Paulo; lembrou que as
1047 dificuldades diárias enfrentadas pelo poder público para implementar e manter relações
1048 qualificadas com os recursos hídricos, mencionadas pelo conselheiro Daniel Montandon,
1049 são desafios recorrentes que precisam de soluções robustas e sustentáveis; finalizou sua
1050 participação abordando o tema dos recursos financeiros, solicitando esclarecimentos
1051 adicionais sobre as possibilidades de captação mencionadas, como a outorga onerosa e o
1052 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), que devem, em sua
1053 compreensão, compor o aporte inicial de investimento da Prefeitura, enquanto a
1054 execução completa do projeto caberia ao modelo de PPP; indagou também sobre as
1055 contrapartidas e responsabilidades do parceiro privado, especialmente no que diz
1056 respeito à operação dos terminais e à continuidade da manutenção dos espaços ao longo
1057 do tempo; agradeceu a atenção e reiterou os parabéns pela qualidade do projeto
1058 apresentado; o Sr. José Antônio Chinelato Zagato, representante titular dos Movimentos
1059 de Mobilidade Urbana pela entidade Ciclocidade, iniciou sua intervenção agradecendo as
1060 manifestações prévias dos demais conselheiros e conselheiras, destacando que a
1061 apresentação realizada, apesar de seu caráter genérico, carrega um potencial impacto
1062 significativo; mencionou que, diante do andamento do projeto, elaborou uma petição que
1063 solicita a juntada aos processos SEI pertinentes, disponibilizando um link para consulta e
1064 informando que, em seguida, enviará a versão em formato PDF por e-mail; destacou que
1065 a petição foi redigida com base em dispositivos do Plano Diretor Estratégico,
1066 especificamente nos artigos quinto a oitavo e no artigo 329, que garantem atribuições ao
1067 CMPU; sublinhou a importância de obter réplicas objetivas às questões formuladas,
1068 lamentando que, nas reuniões anteriores, as respostas frequentemente se limitaram a
1069 concordâncias vagas ou promessas de ações futuras, sem fornecer dados concretos ou
1070 fundamentação técnica necessária para respaldar decisões envolvendo elevados
1071 investimentos públicos; enfatizou que tal prática, ao longo de sucessivas discussões,
1072 reflete a degradação e vulnerabilização da população, bem como a destruição do
1073 patrimônio imobiliário e cultural; exemplificou com o caso do quartel do segundo
1074 batalhão de guardas, tombado desde 1981 e abandonado sem responsabilização,
1075 observando que a sequência de abandono, precarização e posterior privatização de
1076 espaços públicos compromete a gestão democrática, orientada prioritariamente pelo
1077 lucro privado; criticou o direcionamento do projeto, apontando que os resultados
1078 poderão ser social e ambientalmente irresponsáveis, climaticamente inconsequentes,
1079 financeiramente insustentáveis e democraticamente incontrolláveis; referiu-se ao Vale
1080 do Anhangabaú como exemplo negativo, destacando a falta de evidências sobre os
1081 benefícios para a população vulnerável, enquanto o local é transformado em espaço de
1082 consumo exacerbado, contrariando diretrizes do Plano Diretor; concluiu reafirmando os
1083 pedidos contidos na petição, exigindo que o projeto seja submetido à análise dos
1084 conselhos mencionados no inciso nono do artigo 329 do PDE, incluindo os Conselhos
1085 Municipais de Habitação, FMSAI, CADES, CMTT, CONPRESP e o Conselho Municipal
1086 Participativo da Sé; reiterou que prescinde de respostas genéricas e solicita réplicas
1087 objetivas por meio de documento oficial, agradecendo a atenção dispensada; o Sr. Pedro

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

1088 Martin Fernandes, em réplica, destacou a relevância estratégica do momento atual para a
1089 implantação do BRT, cuja linha conectaria a Avenida Aricanduva ao terminal Parque Dom
1090 Pedro; enfatizou que, de acordo com projetos anteriores de 2014 e 2018, esse BRT
1091 implicaria na construção de mais um viaduto sobre o rio Tamanduateí, resultando em
1092 uma nova camada de sobreposição viária na região; salientou que tal abordagem
1093 perpetuaria a prevalência de uma mentalidade rodoviarista, priorizando o viário em
1094 detrimento de outros usos fundamentais, como a qualificação do espaço público,
1095 saneamento ambiental e mobilidade de pedestres; explicou que o projeto atual busca
1096 reverter esse padrão histórico de fracasso, que desconsiderou aspectos integrados em
1097 suas intervenções, destacando a necessidade de qualificar o terminal Dom Pedro como
1098 ponto final ou inicial dessa nova linha de BRT, assegurando que este não se torne mais um
1099 exemplo de infraestrutura mal planejada na região; justificou a escolha do Parque Dom
1100 Pedro como um dos três projetos especiais do PIU Setor Central, juntamente com o Largo
1101 da Concórdia e o Minhocão, dada sua capacidade de transformação urbana; frisou que a
1102 área abrange elementos de transporte, drenagem e melhorias ambientais, enquanto
1103 atende a uma população vulnerável, oferecendo habitação de interesse social nas ZEIS,
1104 além de assegurar o acesso a uma infraestrutura urbana de alta qualidade; em relação à
1105 arena mencionada, considerou a questão válida e sugeriu que a arena poderia ser uma
1106 solução integrada dentro do PIU; explicou que a arena foi proposta pela São Paulo
1107 Parcerias como uma contrapartida financeira no contexto da PPP dos terminais, sendo
1108 uma hipótese a ser desenvolvida; concluiu reconhecendo a importância dessa
1109 contribuição e comprometeu-se a levar a proposta à equipe técnica para
1110 aprofundamento, manifestando sua intenção de retornar ao CMPU com atualizações
1111 sobre os desdobramentos; em complemento, com a palavra, o Sr. José Armênio de Brito
1112 Cruz apresentou uma análise acerca da evolução dos projetos urbanos; salientou a
1113 primazia de processos coletivos em detrimento de decisões estritamente autorais;
1114 exemplificou com o Vale do Anhangabaú, no qual as diretrizes foram delineadas por
1115 audiências públicas e identificações de linhas de desejo dos pedestres; mencionou ainda
1116 demandas específicas, como a inclusão de áreas destinadas à prática de skate,
1117 ressaltando a relevância de uma abordagem que integre os diversos interesses urbanos;
1118 defendeu que projetos urbanos não devem ser concebidos como esforços isolados ou
1119 unilaterais; argumentou que a concepção do Parque Dom Pedro II não se limita à
1120 perspectiva de um projeto de transporte ou rodoviário; pelo contrário, visa resgatar a
1121 conexão ambiental da área com as águas que a circundam; destacou a necessidade de
1122 reverter o legado de ocupações inadequadas como terminais e viadutos; em sua réplica,
1123 José Armênio enfatizou a importância da integração do Parque Dom Pedro II às demais
1124 diretrizes municipais; mencionou a conexão com o BRT e o Expresso Tiradentes,
1125 alertando para a necessidade de preservar a funcionalidade de polos comerciais de
1126 relevância continental, como a Rua 25 de Março e o Mercado Municipal; observou que
1127 esses locais possuem significativa importância econômica e cultural para toda a América
1128 Latina; ressaltou que o projeto do Parque Dom Pedro II deve enfrentar diretamente o
1129 déficit habitacional, a vulnerabilidade social e os desafios ambientais; afirmou que esta é

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

1130 uma oportunidade ímpar para sanar os passivos ambientais da cidade e fortalecer as
1131 conexões urbanas; reiterou que o projeto se alinha às diretrizes do PIU Setor Central e
1132 que deve considerar contribuições de estudos acadêmicos, como os realizados pela
1133 Universidade de São Paulo; mencionou que esses estudos podem ser úteis caso haja
1134 necessidade de novas análises e que o projeto deve permanecer aberto a colaborações;
1135 concluiu reafirmando que a proposta representa uma oportunidade singular para São
1136 Paulo, destacando a importância de uma abordagem integrada e participativa que
1137 contemple os múltiplos desafios e potencialidades da região; em complemento, o Sr.
1138 Pedro Martin Fernandes destacou que a questão não se limita a investir em um único
1139 espaço; em sua réplica, ressaltou a complexidade do problema da gentrificação,
1140 enfatizando que a situação atual não oferece uma solução social adequada; apontou a
1141 importância de direcionar investimentos para áreas que possuem reserva destinada ao
1142 desenvolvimento de habitação de interesse social; defendeu que a implantação de um
1143 parque nessa região, por si só, já representa um avanço significativo; complementou sua
1144 posição afirmando que tal iniciativa é, em essência, um passo positivo rumo à melhoria
1145 das condições urbanas e sociais; em seguida, o Sr. José Armênio de Brito Cruz dirigindo-
1146 se ao Sr. Pedro Martin Fernandes apresentou uma réplica em que destacou um ponto
1147 frequentemente debatido sobre gentrificação; Sua Senhoria afirmou ser equivocada a
1148 hipótese já refutada por artigos e estudos de urbanismo contemporâneo de que a
1149 deterioração dos espaços urbanos seja uma estratégia válida para evitar a gentrificação;
1150 enfatizou que o verdadeiro desafio reside na qualificação dos espaços e na integração de
1151 diversas camadas sociais; destacou que é incorreto afirmar que piorar o Parque Dom
1152 Pedro II seria uma forma de combater a gentrificação classificando tal visão como um
1153 equívoco no contexto do desenvolvimento urbano; o Sr. José Armênio argumentou ainda
1154 que pesquisas internacionais comprovam que a qualificação de espaços urbanos pode
1155 resultar em melhorias significativas na qualidade de vida das populações residentes
1156 permitindo ascensão social e proporcionando um ambiente mais saudável e sustentável;
1157 concluiu reiterando que associar diretamente a qualificação urbana ao fenômeno da
1158 gentrificação é um entendimento equivocado e que ao contrário o foco deve ser em
1159 garantir que os benefícios gerados pela melhoria dos espaços sejam acessíveis a todos;
1160 em complemento à fala anterior, o conselheiro Pedro Martin Fernandes teceu
1161 considerações adicionais no intuito de elucidar pontos relevantes abordados durante a
1162 discussão; inicialmente, destacou que a réplica do secretário fora satisfatória; ressaltou
1163 que o objetivo primordial do projeto não é de caráter viário, embora tal aspecto figure
1164 como um dos componentes; enfatizou que o foco reside principalmente na drenagem,
1165 seguindo estritamente os planos de drenagem e saneamento básico estabelecidos para a
1166 cidade de São Paulo; afastou qualquer noção de inconsequência; neste sentido, referiu-se
1167 aos cadernos de drenagem desenvolvidos pela SIURB; salientou que todas as propostas
1168 consideram um tempo de retorno de chuva de 100 anos; quanto à terceira intervenção da
1169 representante Beatriz, da Associação Comercial, Pedro expressou sua apreciação pelo
1170 conceito do Boulevard; reconheceu sua relevância e atratividade; abordou ainda a
1171 questão dos recursos destinados ao projeto; mencionou que, embora tenha citado

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1172 recursos públicos, há espaço para consultas públicas visando a captação de recursos
1173 privados; destacou especialmente aqueles oriundos da concessão das PPP's dos
1174 terminais; argumentou que tal abordagem fortalece o projeto; garantiu sua solidez e
1175 sustentação financeira independente da modelagem econômica adotada; as premissas de
1176 qualidade urbana, priorização do pedestre e sustentabilidade ambiental são preservadas;
1177 assegurou que a qualidade intrínseca do projeto não será comprometida por variáveis
1178 econômicas; em prosseguimento, Pedro tratou da preocupação levantada sobre a
1179 potencial exclusão do comércio local; esclareceu que o acréscimo de atividades
1180 comerciais na região do Parque Dom Pedro está alinhado à nova vocação do espaço;
1181 indicou que o local se transformará em um espaço de permanência, além de seu papel
1182 tradicional como área de passagem; destacou que esse novo caráter contribui para a
1183 diversificação do espaço urbano; integrou atividades que promovem tanto a transição
1184 quanto a permanência; tal diversificação é crucial para reforçar a vitalidade do espaço
1185 público; garantiu que o desenvolvimento comercial será compatível com as demais
1186 funções urbanas projetadas para a área; assim, Pedro concluiu sua intervenção
1187 reiterando a importância de um planejamento integrado e inclusivo; afirmou que este
1188 deve atender às múltiplas demandas da região, respeitando os princípios urbanísticos e
1189 ambientais estabelecidos;

1190 em seguida, a representante titular das entidades acadêmicas e de pesquisa, Sra. Viviane
1191 Manzione Rubio (MACK), manifestou-se com uma abordagem crítica e emocional
1192 dirigindo-se a todos os presentes na reunião; iniciou sua fala saudando cordialmente seus
1193 colegas conselheiros e a equipe da Secretaria; prosseguiu reforçando que todas as
1194 intervenções anteriores eram de suma importância; contudo, enfatizou sua perspectiva
1195 pessoal e afetiva destacando sua inquietação diante de projetos de transformação
1196 urbana de grande envergadura; manifestou aflição quanto ao caráter do projeto em
1197 questão observando que as documentações e perspectivas apresentadas careciam de
1198 detalhamento adequado, conforme já apontado por outros conselheiros; afirmou que
1199 tinha a impressão de que as preexistências do local, tanto físicas quanto sociais, não
1200 estavam sendo devidamente consideradas; referiu-se não somente ao patrimônio
1201 histórico, mas também a outras áreas como a zona cerealista próxima ao Mercado
1202 Municipal e à Rua 25 de Março; lembrou que, em seu entendimento, o projeto já se
1203 mostrava inadequado em 2011 e, com o passar dos anos, tornou-se ainda menos
1204 pertinente; criticou a introdução de elementos como o VRT, os quais, segundo ela,
1205 poderiam se transformar em barreiras urbanas; apontou a ausência de estudos de
1206 impacto incluindo o EIA-RIMA e questionou a inexistência de estratégias para minimizar
1207 a gentrificação inevitável; em sequência, questionou a prioridade dada ao investimento
1208 significativo no PIU Setor Central ao invés de alocar recursos para a recuperação de
1209 edifícios vazios em consonância com o Plano Municipal de Habitação de 2016; lamentou
1210 que esse plano não tenha recebido a devida atenção ou debate na Câmara; ressaltou a
1211 existência de áreas degradadas dentro do mesmo setor, como a República e Bom Retiro,
1212 que demandam urgente revitalização; citou como exemplos recentes a baixa procura nos
1213 hotéis do Bom Retiro e o fechamento de uma escola, o Instituto Salesiano; Sra. Viviane

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1214 externou profunda insatisfação com o direcionamento de verbas públicas para um
1215 projeto que considerou obsoleto e inadequado ao contexto atual; destacou que o projeto
1216 carece de informações detalhadas sobre o uso de recursos, os elementos a serem
1217 preservados e o cronograma de execução; fez críticas severas ao histórico de
1218 intervenções urbanas, como o caso do Anhangabaú, onde, segundo ela, árvores foram
1219 removidas sem a devida consideração pela preservação ambiental; concluiu sua fala
1220 manifestando aflição e preocupação como cidadã e amante da cidade de São Paulo;
1221 destacou a urgência de redirecionar investimentos para locais do centro velho e novo,
1222 como Campos Elíseos e Bom Retiro, abordando problemas estruturais como a
1223 dependência química e o tráfico de drogas; encerrou sua intervenção pedindo desculpas
1224 pela contundência de suas colocações, mas reafirmando seu compromisso com o
1225 desenvolvimento responsável e inclusivo da cidade; em réplica, o Conselheiro Suplente
1226 do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão
1227 de Magalhães, proferiu que todos os textos apresentados são maravilhosos, contudo, a
1228 realidade evidencia que o funcionamento é distinto do esperado; ressaltou que em todos
1229 os locais que se enfrenta problemas similares observa-se que são espaços de
1230 permanência, todos sujeitos a adensamento, o que resulta na expulsão de pequenos
1231 empresários, comerciantes e prestadores de serviço, os quais não conseguem retornar
1232 após a implementação de fachadas ativas devido ao aumento insuportável dos preços;
1233 destacou que, embora teoricamente tais espaços pudessem atrair mais clientes, na
1234 prática se tornam áreas de permanência em vez de passagem; exemplificou mencionando
1235 que a principal demanda de locais como o Mercado Municipal não advém de residentes
1236 próximos, mas de clientes que se deslocam de outras regiões; mencionou também a rua
1237 25 de Março, onde o problema não se limita a questões de passagem, mas inclui a
1238 expulsão dos trabalhadores locais; sublinhou que o projeto analisado tem um efeito
1239 expulsivo e sugeriu que a prioridade deveria ser garantir habitação popular antes de
1240 implementar outros projetos; considerou que, embora o projeto seja visualmente
1241 atrativo, ele é, em essência, perfunctório para a cidade; criticou a postura de lançar
1242 promessas de habitação popular como ações futuras enquanto projetos como o atual são
1243 priorizados, o que, em sua visão, parece servir a fins políticos e não à melhoria urbana;
1244 concluiu afirmando que, comparando a situação de 2011 com a atual, a realidade urbana
1245 agravou-se, e que tal projeto deve considerar profundamente a questão habitacional
1246 antes de sua implementação; em seguida, a Conselheira Titular Wellyene Gomes Bravo,
1247 representante da Macrorregião Sul 2, iniciou sua manifestação registrando sua gratidão
1248 pelas contribuições escritas de sua colega Simone, bem como as intervenções anteriores
1249 dos demais conselheiros; em sua fala, destacou a relevância do debate em curso,
1250 especialmente em relação à proposta de intervenção no Parque Dom Pedro, prevista no
1251 âmbito do PIU Central, conforme apresentado pelo conselheiro Pedro e pelo Secretário
1252 Adjunto José Armênio; a Conselheira frisou que, como representante da sociedade civil
1253 neste colegiado, entende que cada projeto, seja ele um PIU ou uma iniciativa agregada,
1254 como o projeto de revitalização do referido parque, deve priorizar as necessidades das
1255 pessoas em seu mínimo existencial; sublinhou a importância de ações e investimentos

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

1256 específicos voltados para a moradia, argumentando que a dignidade humana está
1257 intrinsecamente ligada à garantia de um teto; asseverou que, sem tal garantia, as
1258 melhorias urbanísticas implementadas continuarão sendo usufruídas por uma população
1259 marginalizada e invisibilizada pelos governantes; ademais, apontou ser função primordial
1260 deste Conselho Municipal de Política Urbana trazer à tona essa perspectiva, a fim de que
1261 o poder público incorpore tal princípio em cada projeto submetido a este colegiado,
1262 garantindo que o cuidado com a população e com os espaços sejam tratados como
1263 prioridades absolutas; acrescentou que, ainda que o projeto contribua para embelezar a
1264 cidade, será inevitavelmente ocupado pela população em situação de vulnerabilidade,
1265 caso não haja um plano claro de atendimento habitacional; em conclusão, destacou que a
1266 gestão democrática da cidade também se beneficia com a realização de concursos
1267 públicos, como mencionado pelos conselheiros Daniel e Lucila, os quais possibilitam a
1268 descoberta de novos talentos e soluções; reiterou que, embora a proposta apresentada
1269 seja válida, é essencial considerar o contexto atual da cidade, reconhecendo que soluções
1270 antigas podem não ser adequadas ao momento presente; finalizou sua fala reiterando
1271 que a abordagem adotada em projetos futuros deve evitar os equívocos de intervenções
1272 anteriores, como as realizadas no Anhangabaú, onde elevados investimentos do
1273 FUNDURB resultaram em espaços revitalizados, mas sem um impacto positivo
1274 significativo para a população vulnerável; afirmou que as lições do passado devem
1275 orientar as ações futuras, a fim de evitar decisões unilaterais que perpetuem os mesmos
1276 erros; na sequência, o Conselheiro Mauro Sérgio Calliari, Titular do Conselho Municipal
1277 de Trânsito e Transporte (CMTT), iniciou sua manifestação dividindo sua fala em quatro
1278 tópicos principais; ressaltou a oportunidade de finalmente discutir temas essenciais para
1279 a cidade após meses de reuniões focadas em processos internos e questões operacionais;
1280 sugeriu que a ordem dos tópicos das reuniões fosse reorganizada priorizando temas
1281 estratégicos; exemplificou que, caso o tema GEOSAMPA não fosse abordado, não
1282 haveria prejuízos destacando que o projeto em pauta deveria ser tratado com a máxima
1283 urgência; frisou que ainda que o papel deste Conselho não seja deliberativo sua função
1284 consultiva é essencial para orientar as ações do poder público em áreas prioritárias como
1285 a região central que apresenta alto grau de degradação prejudicada historicamente pela
1286 configuração do sistema viário; defendeu que soluções mais radicais como a remoção de
1287 viadutos devem ser seriamente consideradas a fim de recuperar a qualidade do espaço
1288 público; ademais, criticou a reutilização de projetos antigos sem a devida atualização
1289 argumentando que as representações visuais apresentadas com renderizações
1290 idealizadas não refletem a realidade da cidade; exemplificou a discrepância entre as
1291 expectativas geradas pelas representações do projeto do Anhangabaú e os resultados
1292 práticos; nesse sentido sugeriu a realização de concursos públicos para incentivar a
1293 inovação e atrair novas soluções arquitetônicas e urbanísticas; posteriormente abordou a
1294 questão da viabilidade econômica do projeto; questionou de maneira incisiva a origem
1295 dos recursos financeiros necessários incluindo a possibilidade de Parcerias Público-
1296 Privadas (PPPs) e concessões; destacou que embora o setor privado tenha um papel
1297 relevante é indispensável que o poder público assuma a responsabilidade inicial para

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

1298 viabilizar investimentos que posteriormente possam atrair capital privado; por fim
1299 sublinhou a necessidade de um planejamento integrado sugerindo que o projeto seja
1300 considerado como um PIU autônomo ou parte de uma Operação Urbana de maior
1301 alcance; enfatizou que aspectos como habitação e mobilidade não podem ser tratados
1302 isoladamente; apontou que o nó viário central deve ser redesenhado com foco na
1303 experiência do pedestre considerando as dificuldades atuais enfrentadas pelos usuários
1304 da região incluindo aqueles que transitam entre terminais e ruas adjacentes; encerrou
1305 sua fala reiterando a urgência de um cronograma eficiente alertando para o risco de
1306 atrasos que podem comprometer a execução e o impacto do projeto; em seguida, o
1307 representante Suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL
1308 2), Sr. Pedro José Botani iniciou sua réplica referindo-se à fala da Conselheira Viviane
1309 sobre transformações mirabolantes; destacou que um período em que ocorreram tais
1310 transformações foi o final dos anos 1960, quando diversos viadutos foram construídos
1311 sobre espaços públicos como a Várzea do Parque Dom Pedro, antes amplamente
1312 utilizado pela população operária de bairros como Brás e Belém; pontuou que essas
1313 intervenções resultaram na fragmentação do parque; afirmou que a proposta atual busca
1314 corrigir tais erros, reintegrando o Parque Dom Pedro ao espaço urbano com foco na
1315 escala do pedestre e na articulação de diferentes modais de transporte incluindo o BRT
1316 da Radial Leste, o Expresso Tiradentes e o metrô; configurando uma articulação regional
1317 bem resolvida; comentou sobre os estudos de impacto como EIV e EIA-RIMA,
1318 enfatizando que esses seguem o rito de desenvolvimento do projeto e ainda estão em
1319 maturação; ressaltou a relevância de utilizar o espaço deste Conselho para tais debates;
1320 em relação às comparações com o Anhangabaú destacou as diferenças conceituais,
1321 apontando que o projeto atual valoriza mais a presença da água na paisagem urbana;
1322 reiterou a importância da questão habitacional, reconhecendo que a garantia de moradia
1323 é fundamental para o bom funcionamento dos espaços públicos, sendo uma prioridade
1324 dentro dos planos do PIU Setor Central; referindo-se à fala do Conselheiro Mauro Sérgio
1325 Calliari, considerou positiva a proposta de trazer pautas prioritárias para debate;
1326 reafirmou a importância de aprofundar levantamentos técnicos, como os relacionados ao
1327 tráfego, drenagem e resíduos sólidos que impactam diretamente na dinâmica urbana da
1328 região; propôs que discussões sobre o plano diretor e suas macroáreas, como o "Arco do
1329 Futuro", sejam retomadas, pois estas estruturam o adensamento e desenvolvimento das
1330 regiões infraestruturadas da cidade; finalizou reconhecendo a relevância das
1331 contribuições feitas durante a reunião; afirmou que todas serão consideradas para
1332 amadurecer o projeto dentro do contexto do PIU e da macroárea de estruturação
1333 metropolitana; ressaltou que a gestão está aberta a novas ideias, mantendo um processo
1334 participativo e não fechado; concluiu reafirmando o compromisso de desenvolver um
1335 projeto robusto e bem fundamentado para atender às demandas urbanísticas da região
1336 central de São Paulo; na sequência, a Conselheira Stela de Camargo Dalt, Titular do
1337 Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sé, interrompeu brevemente para
1338 destacar a necessidade de continuidade nas discussões; retomou a fala do Conselheiro
1339 Mauro Sérgio Calliari e sugeriu que fosse agendada uma próxima reunião para

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

1340 aprofundamento do debate sobre o projeto; ressaltou que tanto as críticas levantadas
1341 pelos conselheiros quanto as explicações fornecidas pela equipe técnica ficaram em um
1342 nível genérico; apontou que essa dinâmica, em que os comentários são respondidos de
1343 maneira superficial, gera uma sensação de desconexão; afirmou que os conselheiros
1344 frequentemente sentem que suas falas não resultam em encaminhamentos claros ou
1345 ações concretas; expressou o desconforto gerado por essa situação, enfatizando a
1346 importância de que as observações feitas durante as reuniões tenham ressonância
1347 prática; solicitou maior compreensão por parte da equipe técnica, reconhecendo que,
1348 embora ouvir críticas possa ser desafiador, também é difícil para os conselheiros
1349 perceberem que suas contribuições não são adequadamente valorizadas; concluiu
1350 pedindo por retornos mais consistentes e um diálogo mais produtivo entre o Conselho e a
1351 administração; agradeceu pela atenção e reiterou a importância de um processo
1352 participativo mais efetivo; na sequência, o Presidente Suplente José Armênio de Brito
1353 Cruz manifestou-se, destacando que, em absoluto, considera enfadonho ou indesejável o
1354 exercício do contraditório e a recepção de críticas; asseverou que a pluralidade de
1355 opiniões é elemento indispensável à construção de soluções conjuntas e ao
1356 aprimoramento das deliberações deste Conselho; dirigindo-se ao Secretário Marcos e ao
1357 Conselheiro Leonardo, indagou se desejavam tecer considerações adicionais, enfatizando
1358 que, assim como a Conselheira Stela de Camargo Dalt fez uso de sua prerrogativa de
1359 manifestação, ambos, recém-ingressos na presente sessão, dispõem igualmente de
1360 espaço para expor suas ponderações; concluiu reiterando a cordialidade, saudando os
1361 colegas e desejando-lhes uma tarde produtiva; o representante titular da SIURB, Sr.
1362 Marcos Monteiro iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e parabenizando
1363 pelas apresentações realizadas; destacou a qualidade das mesmas e a relevância dos
1364 temas discutidos; enfatizou a importância do contínuo processo de atualização da
1365 plataforma GeoSampa; destacou que esta ferramenta tem desempenhado um papel
1366 significativo ao proporcionar informações digitais úteis à população paulistana; ressaltou
1367 que por meio dessas ferramentas e dados disponibilizados é possível delinear com maior
1368 clareza os horizontes das iniciativas planejadas pela Prefeitura de São Paulo; na
1369 sequência enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Sr. Pedro, integrante de sua equipe,
1370 classificando-o como um profissional singular com vasto conhecimento técnico que tem
1371 desempenhado um papel exemplar junto à equipe da SMUL; destacou o empenho dessa
1372 equipe em realizar intervenções significativas na região do Parque Dom Pedro
1373 envolvendo projetos de caráter arquitetônico e cultural além de ações voltadas para
1374 melhorias de drenagem e obras de arte no contexto da engenharia como pontes e
1375 viadutos; ressaltou que tais iniciativas fazem parte de um projeto macro que visa à
1376 revitalização integral da região central da cidade; mencionou a relevância de tornar o
1377 centro da cidade um espaço de convivência diária mais acessível e agradável, tendo em
1378 vista a intensa movimentação e os desafios observados no cotidiano da área; pontuou
1379 que os esforços da administração municipal, liderados pelo Prefeito Ricardo Nunes, têm
1380 sido orientados para atender às necessidades das pessoas em todas as fases de suas
1381 vidas; evidenciou o foco da gestão em ouvir a população, afirmando que tal abordagem

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

contribui para a tomada de decisões mais assertivas; concluiu sua manifestação agradecendo a oportunidade de participar das discussões, ressaltando sua importância para a construção de uma cidade mais inclusiva e democrática; em seguida, o representante suplente da SEHAB, Sr. Leonardo Gazillo Silva, iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes e ressaltando a atenção dedicada aos debates desde o início da reunião, ainda que estivesse com a câmera desativada por questões técnicas; apresentou-se como o novo secretário adjunto da SEHAB, tendo tomado posse naquele mesmo dia, e expressou seu compromisso em contribuir ativamente nas discussões e ações estruturantes para a cidade; destacou a relevância dos temas abordados e parabenizou os participantes pelas apresentações realizadas, com especial reconhecimento ao Sr. Pedro, pela excelência de sua exposição; reiterou a importância da atualização contínua da ferramenta GeoSampa, classificada como essencial para a gestão pública, compartilhando sua experiência com o uso frequente do sistema durante reuniões na Subprefeitura do Jabaquara; salientou que a gestão de dados georreferenciados representa um pilar estratégico para as políticas públicas, destacando os esforços da SEHAB em aprimorar suas ferramentas relacionadas à demanda habitacional; enfatizou a determinação do prefeito Ricardo Nunes e do secretário João Farias em priorizar o atendimento às demandas habitacionais da cidade, incluindo a implementação do programa Pode Entrar, que engloba 54 entidades e prevê a construção de mais de 10 mil unidades habitacionais em resposta ao chamamento público de 2015/2016 do programa Minha Casa Minha Vida; informou que o programa busca atender à expressiva demanda repressada, mencionando os esforços para viabilizar a aprovação dos projetos e acelerar a execução; destacou que, atualmente, cerca de 23 mil pessoas são beneficiadas com auxílio-moradia e que a demanda no cadastro da Cohab ultrapassa 400 mil pessoas; reafirmou o compromisso da gestão em entregar 50 mil unidades habitacionais até o final de 2024, mencionando ainda a previsão de lançamento de editais de aquisições diretas de unidades habitacionais, com ajustes solicitados pelo Tribunal de Contas, nos próximos dias; observou que, embora o programa não alcance a totalidade das demandas, trata-se de um dos maiores esforços habitacionais já realizados na cidade de São Paulo; pontuou também os avanços no monitoramento de imóveis no centro da cidade, mencionando que atualmente são 49 prédios monitorados, dos quais pelo menos 10 integram o programa de retrofit para atendimento habitacional e revitalização da região central; concluiu reafirmando o empenho da SEHAB em mitigar a demanda habitacional e reforçou sua disponibilidade, assim como a do secretário João Farias, para atuar em parceria com os conselheiros e demais gestores; finalizou agradecendo a oportunidade de participar das discussões e colocando-se à disposição para futuras colaborações; O Presidente Suplente agradeceu a todos, e encerrou a reunião às 18h43min.

PRESIDÊNCIA

José Armênio de Brito Cruz

PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HELENA LADEIRA WERNECK

TITULAR

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA

SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (1)

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SG

PEDRO SAID GHIPSMAN VALVERDE

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS – SF

CLAUDIA BICE ROMANO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

SONIA FRANCINE GASPAR MARMO

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

LEONARDO GAZILLO SILVA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO -
SMDET**

JULIA DA MOTTA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU



LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

MATHEUS HECTOR GARCIA
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2**

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

**SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

MACRORREGIÃO NORTE 1

FERNANDO RANGEL

TITULAR

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

SUPLENTE

MACRORREGIÃO OESTE

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA

SUPLENTE

MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO (INÁCIO MONTEIRO)

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

MARISETE APARECIDA DE SOUZA (INÁCIO MONTEIRO)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA (AAHJB)
TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

VERÔNICA KROLL (AAHJB)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI (SINAENCO)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

MARGARETH MATIKO UEMURA (PÓLIS)

TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS

SIMONE FERREIRA GATTI (IAB SP)

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL FAU MACKENZIE**

VIVIANE MANZIONE RUBIO (MACK)

TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL UNINOVE - 2**

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO (CICLOCIDADE)
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO – CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

VIOLÊTA SALDANHA KUBRUSLY
SUPLENTE
SECRATRIA DA HABITAÇÃO – SH

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE